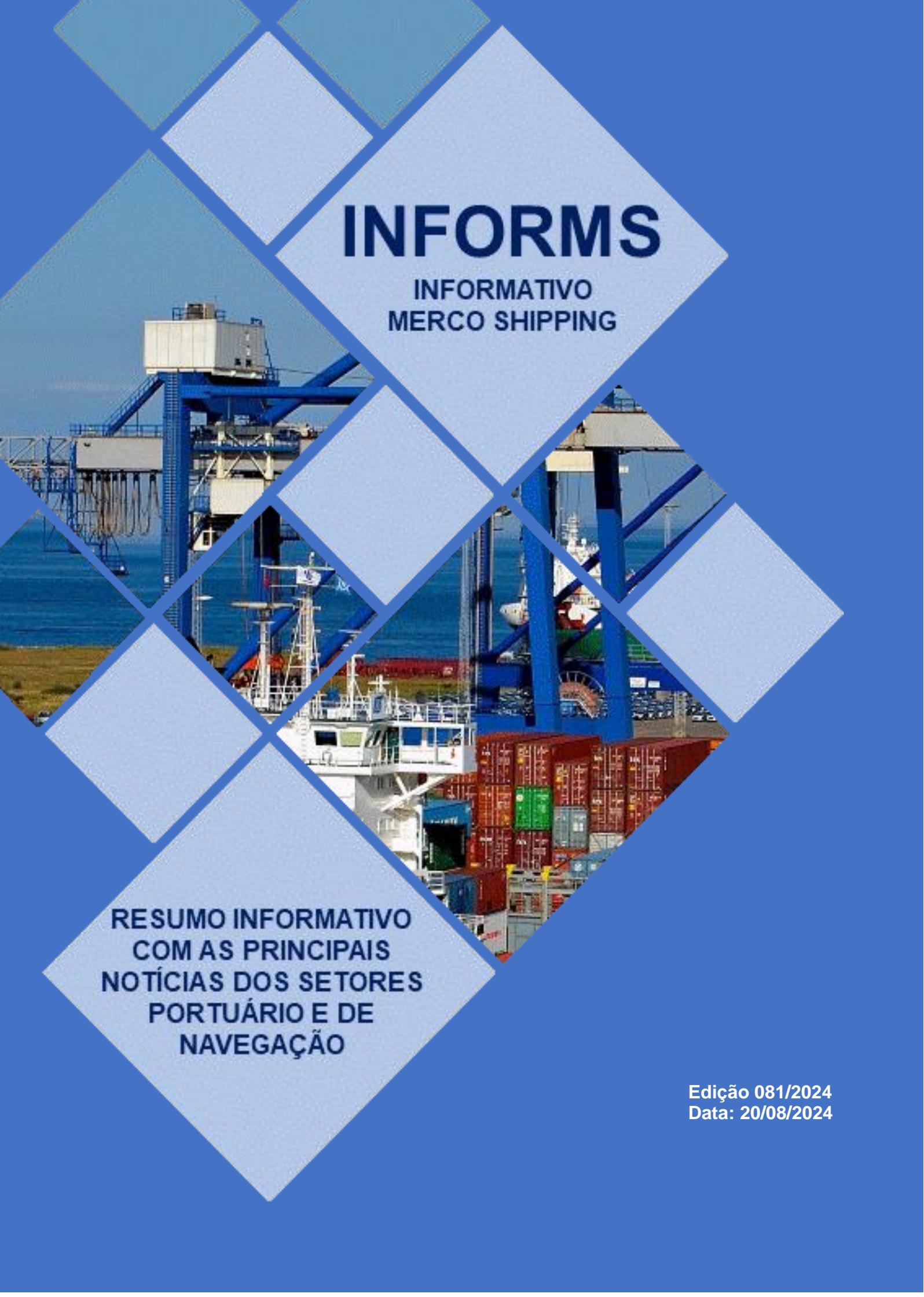


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 081/2024
Data: 20/08/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| EVENTO DEBATE A RELAÇÃO PORTO-INDÚSTRIA NESTA TERÇA-FEIRA | 4 |
| ANTAQ MULTA CINCO EMPRESAS NO PORTO DE SANTOS E VALOR PASSA DE R\$ 400 MIL..... | 5 |
| SANTOS ASSINA CONTRATO PARA OBRAS NA ALEMOA COM INVESTIMENTO ACIMA DE R\$ 13 MILHÕES | 6 |
| LEILÃO DO PRIMEIRO BLOCO DE CONCESSÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DESTA QUARTA-FEIRA | 7 |
| ME – MOVIMENTO ECONÔMICO | 7 |
| COM MAIS CLIENTES, BRISANET ATINGE R\$ 681 MI DE RECEITA LÍQUIDA NO 1º SEMESTRE..... | 7 |
| DA PALMEIRA PARA O AVIÃO: MACAÚBA É APOSTA BILIONÁRIA DE COMBUSTÍVEL VERDE | 9 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 10 |
| PROCESSO PARA MAPEAR INTERESSADOS EM ELABORAR OS ESTUDOS DAS HIDROVIAS DOS RIOS TAPAJÓS E TOCANTINS É INICIADO | 10 |
| BAHIA ECONÔMICA - BA | 11 |
| BYD PLANEJA AMPLIAR PLANTA EM CAMAÇARI E GERAR MAIS EMPREGOS | 11 |
| LULA E LIRA SE REÚNEM EM MEIO A CRISE DAS EMENDAS PARLAMENTARES..... | 11 |
| SALVADOR: A GEOGRAFIA DOS VOTOS E A GERAÇÃO Z..... | 12 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 13 |
| APS INAUGURA NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA NOVO VIADUTO NO PORTO DE SANTOS..... | 13 |
| SANTOS BRASIL Foca na redução da pegada de carbono de seus clientes com novo programa de compensação de emissões | 13 |
| ADM e FBN criam joint venture para expandir plataforma de práticas agrícolas sustentáveis | 14 |
| SP investe R\$ 30 milhões em estruturas náuticas públicas de 13 municípios | 15 |
| 3ª semana de agosto tem superávit de US\$ 1,37 bi no comércio exterior | 16 |
| Exportações de produtos de defesa batem recorde..... | 17 |
| LEILÃO DO PRIMEIRO BLOCO DE CONCESSÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DESTA QUARTA-FEIRA (21)..... | 18 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 19 |
| PICO DO PRÉ-SAL E INCERTEZA SOBRE NOVAS FRONTEIRAS EMPURRA AGENDA DE PRODUTORES INDEPENDENTES | 19 |
| SG/CADE dá aval para compra de térmicas do BTG pela Eneva | 22 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 24 |
| FAZENDA ENVIU PROPOSTAS PARA SEGUNDA ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, QUE TRATA DA RENDA, DIZ HADDAD | 24 |
| HOJE COMEÇA O “DIÁLOGO INSTITUCIONAL” SOBRE EMENDAS. VEJA OS DETALHES..... | 25 |
| CAMPOS NETO NÃO DÁ INDICAÇÃO DE ALTA DE JUROS, E DIZ QUE ECONOMISTAS TÊM ERRADO SOBRE PIB | 25 |
| EM CINCO ANOS, NÚMERO DE EMPREGOS DO MERCADO NAVAL CRESCER 20% NO BRASIL E 30% NO ESTADO DO RIO | 27 |
| G20 NO BRASIL: SEMINÁRIO DISCUTE AMANHÃ POLÍTICA INDUSTRIAL E SUSTENTABILIDADE. VEJA COMO SE INSCREVER | 27 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 28 |
| SÓ O TEMPO NOS DIRÁ SE HAVERÁ NOVO CONGELAMENTO DE GASTOS EM SETEMBRO, DIZ SECRETÁRIO DE TEBET | 28 |
| GOVERNO ENTREGARÁ PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA NA PRÓXIMA SEMANA COM REVISÃO DE GASTOS, DIZ Nº 2 DA FAZENDA | 29 |
| CORREIOS ASSUMEM DÍVIDA DE R\$ 7,6 BILHÕES PARA SOCORRER POSTALIS DE PREJUÍZOS DO GOVERNO DILMA | 31 |
| CAMPOS NETO DIZ QUE BC SUBIRÁ JURO SE FOR PRECISO, INDEPENDENTEMENTE DE ESTAR NO COMANDO DO BANCO | 34 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 37 |
| GOVERNO REALIZA AMANHÃ PRIMEIRO LEILÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DE 2024, COM CINCO ATIVOS | 37 |
| BRASIL PODE CRESCER ATÉ 21% NA INDÚSTRIA 4.0 ATÉ 2028 | 38 |
| INFRAESTRUTURA, CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO | 39 |
| INCENTIVO A PROGRAMA DE HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO SERÁ ‘CIRÚRGICO’, DIZ DUBEUX..... | 41 |
| EMPREENHIMENTOS FERROVIÁRIOS SÃO QUALIFICADOS NO PPI PARA VIABILIZAR PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO DE CONCESSÃO | 44 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 45 |
| LANÇAMENTO AO MAR DA 'F200' É CONCLUÍDO EM SC..... | 45 |
| NAVALSHORE TEM INÍCIO NESTA TERÇA-FEIRA | 46 |
| TRANSPETRO PATROCINA A NAVALSHORE 2024 | 47 |
| CMM e WÄRTSILÄ FECHAM ACORDO PARA PSVs MOVIDOS A ETANOL | 49 |
| SANTOS BRASIL LANÇA PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO PARA CLIENTES DE CARGA LCL | 51 |
| INCIDENTE COM O NAVIO M/V CMA CGM RESULTA EM PERDA DE CONTÊINERES | 51 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 081/2024
Página 3 de 52
Data: 20/08/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

| | |
|--|-----------|
| MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 52 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 52 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EVENTO DEBATE A RELAÇÃO PORTO-INDÚSTRIA NESTA TERÇA-FEIRA

Summit promovido pelo Grupo Tribuna na fábrica da Hyundai destacará sustentabilidade, tecnologia e como agregar valor às cargas

Por Ted Sartori



Após uma imersão na tecnologia durante visita à Hyundai na Coreia do Sul, Grupo Tribuna leva evento para unidade brasileira da montadora (Rodrigo Nardelli/TV Tribuna)

Com um dos olhares voltados para a sustentabilidade, o Summit Porto-Indústria 2024, promovido pelo Grupo Tribuna, será realizado nesta terça-feira (20), na fábrica da montadora sul-coreana Hyundai, em Piracicaba, no interior de São Paulo. Tanto que a primeira das três palestras do evento será Energia Limpa - Motor de impulsão do Porto e da Indústria, com o

promotor de Justiça do Meio Ambiente em Santos, Daury de Paula Júnior.

“Pretendo destacar, sob o enfoque do Direito Ambiental, os conceitos e as diferenças entre diversas formas de energia renovável, energia limpa e energia sustentável, traçar a evolução legislativa do setor e concluir com a avaliação de algumas perspectivas para o setor, comuns para o Porto e a Indústria”, sintetiza.

Daury lamenta que o debate público da questão - a transição energética visando minimizar a emissão de gases de efeito estufa - esteja muito aquém do desejado. “E me parece que o esforço governamental nesse sentido é muito tímido. O Ministério Público pode fazer muito pouco nesta área, a não ser exigir que a questão seja incorporada no licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras. E isso, nos casos que tenho acompanhado, está sendo feito”, analisa.

Diante disso, o promotor de Justiça do Meio Ambiente valoriza a possibilidade do debate trazido pelo Summit Porto-Indústria 2024. “Levar o fórum para os locais de produção ajuda a destacar as similitudes e as diferenças desses setores, que muitas vezes trabalham comercialmente integrados, mas não buscam soluções integradas em outras áreas, como a ambiental, por exemplo”, afirma.

A geração de energia solar fotovoltaica é usada como exemplo por Daury. “Com a diminuição dos custos, indústrias e terminais portuários podem reduzir suas emissões ou contribuir para a redução das emissões do País, gerando energia limpa para uso próprio ou compartilhado, aproveitando as áreas já construídas dos seus terminais e fábricas”, detalha.

União

O outro olhar do Summit Porto-Indústria 2024 estará em como a indústria pode agregar valor nas cargas. O conceito passa pela segunda palestra (Tecnologia e desafios que convergem na relação do porto e da indústria) e pela terceira (ZPE - Produzir, industrializar e exportar), unindo com práticas sustentáveis.

“Somos um porto majoritariamente exportador de commodities (mercadorias de origem primária, principalmente agrícolas), mas isso não contribui para o aumento de empregos na região, por exemplo. O Brasil tem muita matriz de energia limpa e podemos ajudar o planeta industrializando uma parte do processo aqui, com indústrias sustentáveis ao invés de movidas a combustíveis fósseis”, observa o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, que também será mediador do evento.

Maxwell lembra que, por conta da legislação brasileira, a mão de obra é mais cara no Brasil do que em outros países. Por isso é preciso pensar em outras vertentes. “Podemos impulsionar a indústria próxima ao porto de maneira sustentável. Isso somente o Brasil pode ter como diferencial competitivo”, resume.

Parceria

A ideia do Summit Porto-Indústria 2024 é a de debater temas atuais e que compõem o desenvolvimento dos setores. “Essa é a relação verdadeira entre os dois. De nada adianta fazer um evento chamado Porto-Indústria somente para pessoas do porto. É o compromisso do Grupo Tribuna com o fomento do debate com conteúdo de qualidade”, lembra Maxwell.

Em junho, a Missão Internacional Porto & Mar Brasil - Coreia do Sul 2024, realizada pelo Grupo Tribuna, esteve na Coreia do Sul com delegação de aproximadamente 50 pessoas. Entre outros locais, a comitiva visitou a fábrica da Hyundai no país asiático.

Programação

11h30 Chegada à Fábrica/Almoço

13 horas Visita à Fábrica

14h45 Abertura

15 horas

Palestra 1: Energia limpa - Motor de impulsão do Porto e da Indústria. Palestrante: Daury de Paula Júnior, promotor de Justiça do Meio Ambiente em Santos. Debatedores: Stefania Relva, diretora de transformação industrial do Instituto E+; Vitor Brasil Paixão da Costa, coordenador de Políticas Setoriais de Descarbonização e Mudança do Clima do Ministério de Portos e Aeroportos; e Maria Cristina Gontijo, advogada nas áreas do Direito Ambiental, Marítimo e Portuário, e auditora ambiental de Portos.

15h50

Palestra 2:

Tecnologias e desafios que convergem na relação do Porto e da Indústria. Palestrante: Eduardo Bittencourt, presidente do Parque Tecnológico de Santos. Debatedores: Ricardo Osorio Trotti, diretor de Operações da Brasil Terminal Portuário, Ricardo Pupo, diretor da T2S; e Alexandre Billot Mori, gerente executivo de Operações Portuárias da Portocel.

16h40

Palestra 3: ZPE - Produzir, industrializar e exportar. Palestrante: Elias Júnior, secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos; e Luis Claudio Montenegro, consultor. Debatedores: Adilson Luiz Gonçalves, membro do Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos (APS); Marcel Vilchez, diretor da Bandeirantes Deicmar; e Flávio da Rocha, diretor da Eldorado Brasil Logística

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/08/2024

ANTAQ MULTA CINCO EMPRESAS NO PORTO DE SANTOS E VALOR PASSA DE R\$ 400 MIL

Total engloba apenas processos em que não há mais chance de recorrer

Por Ted Sartori



Nos primeiros seis meses do ano, foram feitas 111 fiscalizações no cais santista (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aplicou sete multas em cinco empresas no Porto de Santos (uma delas foi multada três vezes) no primeiro semestre deste ano. O valor referente às autuações chegou a R\$ 439,6 mil. Esse total engloba apenas processos transitados em julgado, ou seja, em que não há mais chance de recorrer.

Nos primeiros seis meses do ano, foram feitas 111 fiscalizações no cais santista e 15 notificações para correções de irregularidades. A infração mais recorrente foi a de não assegurar condições mínimas de higiene e limpeza nas áreas e instalações. Foram dez notificações sanadas no primeiro semestre.

O complexo santista, maior do Hemisfério Sul, está na área de jurisdição Gerência Regional de São Paulo (Gresp) que abrange as instalações portuárias nos estados de São Paulo, Goiás e Tocantins. A esfera de atuação da Antaq engloba os serviços e a infraestrutura de transporte aquaviário nacional: a navegação interior, a navegação marítima e as instalações e os serviços portuários.

As fiscalizações são de três tipos: programadas (dentro de plano anual de fiscalização, para verificação da conformidade das empresas reguladas às obrigações normativas), de rotina (para verificação presencial da prestação do serviço, envolvendo a verificação de aspectos operacionais como manuseio de cargas perigosas e segurança do transporte de passageiros) e extraordinárias (quando iniciadas por denúncia, representação ou identificação de indícios de infração administrativa).

“Costumamos adotar um tipo de fiscalização responsiva. É algo que norteia nossas atividades. Ou seja, vamos naquelas empresas nas quais são mais recorrentes as não conformidades”, explica o diretor da Antaq, Wilson Lima Filho.

“Essas fiscalizações são importantes para verificarmos a situação dos nossos regulados, de modo a vermos se estão em consonância com nossas resoluções, prestando melhor serviço à sociedade, com respeito à infraestrutura aquaviária e portuária”, completa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/08/2024

SANTOS ASSINA CONTRATO PARA OBRAS NA ALEMOA COM INVESTIMENTO ACIMA DE R\$ 13 MILHÕES

Serviços acontecerão em rua que dá acesso ao Porto

Por Victor Barreto



Obras acontecerão na Rua Augusto Scaraboto, na Alemoa, em Santos (Alexsander Ferraz/AT)

A Prefeitura de Santos assinou contrato com a TMK Engenharia para as obras na Rua Augusto Scaraboto, na saída do Viaduto Paulo Bonavides, na Alemoa, segundo publicação nesta segunda-feira (19) no Diário Oficial do Município. A Administração Municipal, porém, não informou quando os trabalhos começarão. Em nota, disse que a ordem de serviço será emitida “nas próximas semanas”, tendo em vista reuniões para definição “do plano de ação” para minimizar os

impactos no tráfego.

A Prefeitura justifica que o plano é necessário porque a Autoridade Portuária de Santos (APS) também fará intervenções em vias próximas ao trecho da obra.

Estão previstas obras de drenagem, pavimentação asfáltica e paisagismo, que incluem instalação de tubos, galerias e ajardinamento. Também serão instaladas guias acessíveis e sarjetas, sinalização viária e 34 luminárias de LED.

De acordo com a Prefeitura, os trabalhos devem ser concluídos em 12 meses após a emissão da ordem de serviço. Os investimentos destinados às obras totalizam R\$ 13,980 milhões, sendo R\$ 10,6 milhões de recursos do Estado e o restante de contrapartida municipal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/08/2024

LEILÃO DO PRIMEIRO BLOCO DE CONCESSÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DESTE ANO ACONTECE NESTA QUARTA-FEIRA

Na ocasião serão arrendadas três áreas em Recife, uma no Rio de Janeiro e outra em Rio Grande
Por A Tribuna.com.br



Para o RIG10, a expectativa é de investimentos de R\$ 7,8 milhões. O terminal movimenta e armazena carga geral (Divulgação)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai realizar o primeiro bloco de arrendamentos portuários deste ano na próxima quarta-feira (21). O leilão, que vai acontecer na B3, em São Paulo, conta com cinco áreas.

Entre os terminais estão o REC08, REC09 e REC10, localizadas no Porto de Recife (PE); o RIG10 que fica no Porto do Rio Grande (RS); e o RDJ06, no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A transmissão será feita pelo canal da Antaq no YouTube, a partir das 14h.

As cinco áreas estavam contempladas no leilão estimado para o último dia 23 de maio, mas foi adiado para este mês considerando o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul. Sobre a licitação

De acordo com os estudos, o valor total a ser investido nessas cinco áreas chega a R\$ 73,9 milhões. Todos esses terminais serão arrendados no modelo simplificado com prazo de, no máximo, 10 anos sem possibilidade de prorrogação.

O REC08 é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais e tem previsão de investimentos diretos na casa dos R\$ 50,9 milhões. Para o REC09, que é dedicado à movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, especialmente arroz, a expectativa é de investimentos na casa dos R\$ 2,2 milhões.

Por sua vez, o RDJ06, que armazena e movimenta carga geral líquida, prevê R\$ 10,1 milhões em investimentos. O terminal REC10 vai movimentar e armazenar granéis sólidos e cargas gerais e a estimativa de investimento é de R\$ 2,9 milhões. Para o RIG10, a expectativa é de investimentos de R\$ 7,8 milhões. O terminal movimenta e armazena carga geral.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/08/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

COM MAIS CLIENTES, BRISANET ATINGE R\$ 681 MI DE RECEITA LÍQUIDA NO 1º SEMESTRE

Considerando as bases de fibra óptica e de 5G, a Brisanet atende a mais de 1,5 milhão de clientes de banda larga fixa em toda a região Nordeste

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Em relação à sua infraestrutura, a Brisnet reporta mais de 43 mil km de backbone, 280 data centers e 78 mil km de cabos FTTH. Foto: Brisnet/LinkedIn/Reprodução

A Brisnet Participações S.A., maior provedora de banda larga fixa do Nordeste segundo ranking da Anatel, teve crescimento de 15% na sua receita operacional líquida no segundo semestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando R\$ 680,9 milhões. Em relação ao primeiro trimestre, o incremento foi de 4%. O resultado tem relação direta com o aumento na base de clientes.

Foram 73 mil novos assinantes no segmento móvel e outros 36,6 mil de fibra óptica.

Considerando as duas bases, a Brisnet atende a mais de 1,5 milhão de clientes de banda larga fixa em toda a região Nordeste. Na base móvel, o número de clientes chegou a 157.684 chips ativos em 31 de julho de 2024. A companhia encerrou o mês passado com 7,1 milhões de habitantes cobertos por sua infraestrutura móvel.

O EBITDA do segundo trimestre deste ano foi de R\$ 145,6 milhões, com uma margem de 42%, ligeiramente inferior ao segundo trimestre de 2023, devido aos investimentos iniciais nas operações móveis 4G/5G. A geração de caixa operacional no primeiro semestre de 2024 foi de R\$ 356,2 milhões, superando o EBITDA do período em 24%, que totalizou R\$ 286,8 milhões.

Entre maio e junho, a geração de caixa alcançou R\$ 208,4 milhões, 43% superior ao EBITDA do trimestre. Contudo, o lucro líquido do segundo trimestre foi de R\$ 17,3 milhões, uma redução de 60,6% em relação ao 2T23, impactado pelos custos e despesas associados à expansão do segmento móvel.

Avanço da Brisnet no Nordeste

Com 25 anos de atuação e uma participação de mercado de 28% em fibra óptica nos nove estados do Nordeste, a Brisnet é líder em uma das regiões com maior penetração de clientes em fibra óptica no Brasil, onde 85% da banda larga fixa utiliza essa tecnologia. Segundo seu relatório de resultados, “a companhia segue avançando nas capitais e regiões metropolitanas, com market share em fibra estável entre 50% e 66% em Natal, Maceió e João Pessoa, crescente e acima de 22% em Fortaleza e Aracaju”.

A empresa cearense também atua através de sua franqueadora, a Agility Telecom. A marca é representada por 67 franqueados que atuam em cidades menores ou distritos rurais da região atendendo a 171.924 clientes.

Em relação à sua infraestrutura, a Brisnet reporta mais de 43 mil km de backbone, 280 data centers e 78 mil km de cabos FTTH. No segmento móvel, sua rede já cobre 133 cidades do Nordeste, atendendo a mais de 7 milhões de pessoas.

O CEO da Brisnet, Roberto Nogueira, destacou a importância dos investimentos em 5G e no fortalecimento do backbone para a expansão sustentável da empresa, com expectativas de receita crescente à medida que o 5G ganha tração no mercado.

Desde dezembro de 2021, a companhia expandiu seu portfólio para incluir serviços móveis 5G, operando em três frequências arrematadas no leilão da Anatel, com cobertura no Nordeste e Centro-Oeste. A comercialização do 5G nestas duas regiões se iniciou ao final do 3T23 e ao final de junho de 2024 atingiu mais de 128 mil clientes ativos no segmento móvel.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 20/08/2024

DA PALMEIRA PARA O AVIÃO: MACAÚBA É APOSTA BILIONÁRIA DE COMBUSTÍVEL VERDE

Acelen Renováveis investe em tecnologia brasileira para domesticação de planta nativa que pode ser matéria-prima para querosene de aviação e óleo verde: a macaúba

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



São necessários quatro anos para que a macaúba dê seus primeiros frutos. Foto: Embrapa/Divulgação

O fruto da macaúba será a matéria-prima para a produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, em inglês) e diesel verde (HVO) na biorrefinaria que a Acelen Renováveis pretende operar na Bahia, um investimento de R\$ 16,5 bilhões. O projeto da empresa de energia renovável da Mubadala Capital – companhia global de gestão de ativos sediada nos Emirados Árabes e dona da Refinaria de Mataripe, adquirida da Petrobras em 2021 – deve ter suas ações iniciadas em dezembro. Além de

iniciar a “domesticação” da planta nativa brasileira, a Acelen espera um sinal positivo do BNDES para um empréstimo de R\$ 250 milhões.

O dinheiro servirá para a instalação do complexo de biorrefino que ficará ao lado da Refinaria de Mataripe, que contará com um centro de tecnologia batizado de Acelen Agripark. A previsão é de que a operação tenha início em 2027, tempo em que a principal matéria-prima fique disponível à medida que as primeiras colheitas dos plantios de macaúba aconteçam. São necessários quatro anos para que a palmeira dê seus primeiros frutos. Com uso de tecnologia, a Acelen quer garantir safras controladas para extração de óleos de alta qualidade e geração de bioprodutos. A produção anual estimada de cinco toneladas de óleo por hectare.

A Acelen Renováveis planeja investir R\$ 125 milhões somente no desenvolvimento da macaúba. Pretende adquirir 200 mil hectares de terras degradadas entre Minas Gerais e Bahia para o plantio das mudas que garantirão, no futuro, uma capacidade de produção de um milhão de litros de combustíveis por ano. A área é equivalente a 280 mil campos de futebol e receberá também mudas de dendê.

Planta de alta densidade energética, a macaúba pode ajudar também no sequestro de carbono. Além da recuperação de áreas degradadas, estima-se que as palmeiras poderão remover, a cada ano, 60 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera, reduzindo em 80% as emissões deste gás. Já o óleo da macaúba será misturado ao diesel para se transformar em querosene de aviação e diesel verde.

O primeiro plantio experimental foi feito em abril, em Piracicaba (SP). Mais de 1,3 mil mudas de macaúba foram espalhadas por uma área de aproximadamente 30 mil hectares. O terreno pertence à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), que é uma das parceiras científicas no estudo da palmeira como fonte de energia renovável.



No plantio experimental das mudas de macaúba serão observados o comportamento do vegetal durante o crescimento, desenvolvimento dos frutos e folhas, tempo para maturidade produtiva, além da avaliação de ciclo de vida (ACV) da planta.

Mudas de macaúba passam por testes de laboratório para clonagem das melhores espécimes. Foto: Divulgação

Macaúba de laboratório

A Embrapa Agroenergia, outra parceira do projeto, integra o programa de inovação aberta que visa a implantação de lavouras comerciais de macaúba e o melhor aproveitamento dos frutos (casca, polpa, endocarpo e amêndoa) via processos mais eficazes para extração de óleos de alta qualidade e geração de bioprodutos. Com duração de cinco anos, estima-se que o projeto gere oportunidades para comunidades carentes do semiárido, com criação de 90 mil empregos diretos e indiretos e geração de R\$ 7,4 bilhões de renda por ano para as populações envolvidas.

“O óleo representa apenas de 10% a 20% do que a macaúba oferece. Os restantes 80% podem ser inúmeros coprodutos de alto valor agregado, como tortas de polpa e de amêndoa para produtos de alimentação e o endocarpo para geração de energia e biocarvões. Os óleos de polpa e de amêndoa, com propriedades distintas, além de combustíveis, podem ter inúmeras aplicações no segmento de alimentos, tanto como óleo de mesa, como na manufatura de chocolate, sorvetes, recheios e margarinas”, aponta a pesquisadora da Embrapa Agroenergia, Simone Favaro, coordenadora do projeto.

Das três espécies de macaúba existentes no Brasil, a Acelen vai se dedicar a duas: a Acrocomia aculeata, predominante nos cerrados do Brasil Central, e a Acrocomia intumescens, que ocorre em áreas do Nordeste. A MulticanaPlus, empresa especializada em pesquisa e desenvolvimento de protocolos de micropropagação vegetal, fará a clonagem de plantas elite de macaúba.

*Com informações da Embrapa
Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 20/08/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PROCESSO PARA MAPEAR INTERESSADOS EM ELABORAR OS ESTUDOS DAS HIDROVIAS DOS RIOS TAPAJÓS E TOCANTINS É INICIADO

No âmbito do ACT firmado com o BNDES, o banco abriu processo de Request for Information - RFI para o estudo das duas hidrovias



Banner site_Paraguai - navegação interior.png

Brasília, 20/08/2024 - Em continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o banco iniciou processo para mapear interessados em elaborar os estudos das hidrovias dos rios Tapajós e Tocantins.

Por meio do Processo de Request for Information - RFI, o banco poderá consultar a qualificação técnica de empresas que possuam as competências necessárias para a elaboração de estudos técnicos e execução de serviços especializados para o desenvolvimento do projeto de estruturação de estudos dessas duas hidrovias.

Os interessados em participar do processo têm até as 23h59 do dia 30 de agosto de 2024 para preencher formulário disponível no site do BNDES, neste link, com cotações preliminares de preços de execução dos serviços.

O ACT entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o BNDES foi firmado no final de julho deste ano e tem como objetivo estruturar os projetos de concessão das hidrovias dos rios Tocantins e Tapajós.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 20/08/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

BYD PLANEJA AMPLIAR PLANTA EM CAMAÇARI E GERAR MAIS EMPREGOS

Por João Paulo - 20/08/2024 07:00 - Atualizado 20/08/2024



Devido a alta nas vendas e importações nos primeiros meses do Ano, a montadora chinesa de carros elétricos BYD, está planejando a ampliação de sua instalação no Polo Industrial de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A princípio a empresa previa a construção de um complexo em uma área de 330 mil metros quadrados, que empregaria cerca de 10 mil pessoas. Essa ideia que já era grandiosa, porém, deve passar por uma ampliação.

Segundo reportagem do Jornal A Tarde, a montadora está passando por uma alta nas vendas e por isso percebeu que a demanda de carros elétricos no país pode ser maior do que a projetada inicialmente. Devido a isso, a montadora está próxima de confirmar, nas próximas semanas, a ampliação do projeto em Camaçari.

Em entrevista ao Jornal, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), Angelo Almeida (PSB) disse que a expectativa é que os carros produzidos pela BYD já sejam colocados no mercado no próximo ano. “A BYD já é uma realidade. Já em 2025 devemos ter carros no mercado produzidos na Bahia. A novidade que existe da BYD é a possibilidade de ampliação do projeto já anunciado e que está em andamento. Ou seja: dentro da companhia, está aprovada essa planta na Bahia e, a partir de estudos que já foram realizados, tudo indica que eles vão ter que ampliar a capacidade de produção para além do que foi projetado. Isso é um bom sinal”, contou Almeida.

Segundo o titular da SDE, os carros elétricos, que utilizam uma fonte de energia mais limpa, livre dos combustíveis fósseis, são o futuro do planeta e a tendência é que, cada vez mais, esse tipo de veículo esteja circulando nas ruas das cidades brasileiras. Por esse motivo, a ampliação do projeto da BYD estaria sendo muito bem vista pelo governo de Jerônimo Rodrigues (PT).

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 20/08/2024

LULA E LIRA SE REÚNEM EM MEIO A CRISE DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Por Victoria Isabel - 20/08/2024 09:00



Diante da crise envolvendo as emendas parlamentares, o presidente Lula (PT) tem um encontro marcado nesta segunda-feira (19) com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A reunião está agendada para ocorrer à noite no Palácio da Alvorada, de acordo com informações de interlocutores de ambos os políticos. As informações são do Folha de S.Paulo.



Lira solicitou o encontro na semana passada, em parte para discutir sua sucessão na presidência da Câmara. No entanto, decisões recentes do ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), complicaram os planos de Lira.

Essas decisões de Dino geraram uma nova crise entre os Três Poderes. Parlamentares acreditam que a iniciativa de Dino conta com o apoio de membros do governo federal, o que abriu um novo foco de divergência entre o governo e o Congresso, que agora consideram medidas em resposta.

Está programado um almoço nesta terça-feira (20), organizado pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso, com a participação de magistrados da corte, membros do governo, Lira, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Representando o governo estarão os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

Fonte: Bahia Econômica

Data: 20/08/2024

SALVADOR: A GEOGRAFIA DOS VOTOS E A GERAÇÃO Z

Redação - 19/08/2024 08:59 - Atualizado 19/08/2024

Política também é geografia, por isso cada candidato à Prefeitura de Salvador deveria estudar com carinho a geografia urbana e demográfica da cidade. Para começar é preciso dizer que sete bairros de Salvador – Cajazeiras, São Caetano, São Cristóvão, Liberdade, Valéria, Itapuã, e Brotas – abrigam aproximadamente cerca de 55% da população soteropolitana e possuem o maior número de eleitores. Esses bairros são estratégicos nas campanhas dos candidatos e têm características bem definidas, especialmente os cinco primeiros.

Ao mesmo tempo, existem aglomerados urbanos com densidade populacional em áreas como o Nordeste de Amaralina, Calabar, Pernambués, Cosme de Farias e Boca do Rio e outros. Esses bairros têm características bem definidas sendo a maioria da população de renda média ou baixa. O nível de informação política dessas áreas tem crescido, mas focado fundamentalmente em veículos como a televisão e as redes sociais.

Nas eleições de 2022, nesses bairros o presidente Lula venceu disparado a eleição contra o candidato Jair Bolsonaro, mas quando se avalia as eleições para governador essa diferença cai. Em Salvador, no primeiro turno, ACM Neto tem 53% dos votos e Jerônimo Rodrigues 37%, indicando que o candidato do União Brasil, que tem sua base de votos em bairros como Barra, Pituba, Graça, Stiep e Jardim de Alá, ampliou sobremaneira seus votos agregando eleitores dos bairros de baixa renda. Mas no segundo turno, a proporção se inverte, Jerônimo tem 65% dos votos e ACM Neto ficou com 35%, perdendo os votos que antes havia agregado e voltando à proporção de sua base eleitoral. Esse resultado e porque isso aconteceu, precisa ser objeto de avaliação das campanhas de cada candidato, para que assim possam montar estratégias mais focadas. No caso do PSOL, chama atenção que a votação do candidato Kleber Rosa, nas eleições para governador em Salvador, foi maior na Barra, Centro, Graça, Pituba e Ondina, bairros de renda mais alta, o que desde logo aponta para necessidade de foco nas comunidades mais pobres de Salvador.

Esses dados soltos não dizem muita coisa, mas estruturados e sistematizados em relação aos fatos políticos que aconteceram, como a evolução da campanha televisiva, a polarização mais acentuada da campanha, o impacto das campanhas nas redes sociais e outros, podem ajudar nas estratégias de campanha.

Há, no entanto, um fato novo nessa eleição: a Geração Z. Essa geração composta por jovens que nasceram a partir do final dos anos 90 até meados da segunda década dos anos 2000, não participaram ou participaram pouco da última eleição para prefeito de Salvador, por conta da Covid e de outros problemas, mas agora ela está pronta para votar, desde que a eleição mobilize sua atenção com temas do seu interesse. Analistas veem nesse grupo de eleitores um contingente capaz de virar o jogo e, aliás, é o que está acontecendo nas eleições americanas onde o eleitorado jovem colocou Kamala Harris na liderança da campanha. E, novamente, é preciso lembrar que a maior parte dos jovens da chamada Geração Z moram nos bairros da periferia de Salvador. O fato é que o

jogo está jogado e muita coisa ainda vai rolar nessa campanha que agora começa para valer. (EP - 19/-8/2024)

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 20/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

APS INAUGURA NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA NOVO VIADUTO NO PORTO DE SANTOS

Informações: *Autoridade Portuária de Santos (20 de agosto de 2024)*



A obra facilitará o fluxo de veículos com destino ao cluster de celulose – Foto: APS

Na próxima quinta-feira, 22 de agosto, às 10h, serão inaugurados o novo viaduto e o viário interno, que facilitarão o fluxo de veículos com destino ao cluster de celulose no Porto de Santos, nas proximidades do terminal portuário da Eldorado Brasil. A obra, que durou 22 meses e teve o investimento de R\$ 139 milhões, tem como objetivo dar mais fluidez ao trânsito na região e, apenas durante a cerimônia de

inauguração das estruturas viárias, algumas alterações serão realizadas no tráfego de veículos. Segundo a Guarda Portuária, a Avenida Ismael Coelho de Souza (via interna) permanecerá com o fluxo interrompido após o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepon), sendo permitido o acesso apenas aos veículos que participarão da cerimônia de inauguração. A Avenida Governador Mario Covas Júnior (via perimetral), entretanto, não sofrerá alterações no trânsito.

Após a inauguração e a desmobilização dos materiais utilizados no evento, o viaduto será liberado para o fluxo geral de veículos. Vale destacar que a Avenida Ismael Coelho de Souza passará a ter sentido único, com acesso pela Capitania dos Portos e saída, exclusivamente, pelo novo viaduto.

Além disso, devido ao aumento esperado no fluxo de veículos, será proibido o estacionamento ao longo da Ismael Coelho de Souza. A via estará devidamente sinalizada para garantir a segurança viária e a fluidez das operações portuárias.

Fonte: *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*
Data: 20/08/2024

SANTOS BRASIL FOCA NA REDUÇÃO DA PEGADA DE CARBONO DE SEUS CLIENTES COM NOVO PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES

Informações: *Santos Brasil (20 de agosto de 2024)*

A Santos Brasil dá mais um passo importante para reduzir a pegada de carbono de suas operações e de seus clientes. Com foco nas emissões de GEE (gases de efeito estufa), a empresa criou o programa LCL Carbon Neutral, que atesta que os serviços prestados para as cargas LCL (Less than Container Load), do transporte rodoviário à movimentação e armazenagem das cargas, são compensados. Dessa forma, a Companhia diminui as próprias emissões (escopo 1) e contribui para que seus parceiros comerciais reduzam as emissões de escopo 3, que representam a cadeia de valor.

Neste primeiro momento, o programa se destina exclusivamente às atividades desenvolvidas nos Centros Logísticos Industriais Aduaneiros (Clias) Santos e Guarujá, para o segmento de clientes de



carga fracionada LCL, operado pelos clientes NVOCCs (Non Vessel Operator Common Carrier) e Freight Forwarders.

Ao aderir ao LCL Carbon Neutral, o cliente é informado mensalmente sobre o total de emissões referentes à sua operação e aos volumes movimentados. A Santos Brasil faz a compensação destas emissões por meio da aquisição de créditos de carbono. Um certificado em nome do cliente, expedido por consultoria independente, atesta os valores de emissão e a forma de neutralização.

As emissões de GEE de todas as operações da Santos Brasil são mapeadas de maneira estruturada pela equipe interna e, juntamente com a consultoria independente, são realizados os cálculos das emissões e compensações do novo serviço, garantindo total isenção e transparência ao processo.

Entre os clientes que terão suas emissões compensadas está a Allink Neutral Provider, uma das maiores empresas de NVOCC, que também está totalmente focada no tema da neutralização dentro do transporte marítimo de carga LCL.

Para Wagner Toffoli, Diretor Comercial Freight Forwarder & NVOCC da Santos Brasil, com o LCL Carbon Neutral, a Santos Brasil reforça seu comprometimento com a sustentabilidade da cadeia logística, contribuindo de maneira concreta com o programa de descarbonização de seus clientes. “Estamos muito felizes por lançarmos este projeto inovador para o segmento, totalmente alinhado com os desafios colocados para a perpetuidade das operações logísticas de nossos clientes Freight Forwarders e NVOCCs. Neste sentido, é importante destacarmos a sinergia e a complementaridade com o projeto Rota Verde, que nosso cliente Allink está lançando simultaneamente. Assim, toda a operação LCL está englobada no conceito de descarbonização e sustentabilidade”, diz.

André Gobersztejn, Diretor Executivo da Allink, reforça que o programa livre de carbono oferecido pela Santos Brasil está alinhado às demandas do mercado mundial. “Nossa parceria nessa iniciativa reflete a sinergia entre as duas empresas, que são pautadas pela inovação, pelo alto nível de governança e pelo comprometimento com os pilares ESG. Buscamos um mundo melhor para esta e para as futuras gerações”, diz.

Referência em operações portuárias e logísticas, a Santos Brasil é signatária do Pacto Global da ONU desde 2013 e faz parte do Novo Mercado da B3, o mais elevado padrão de governança corporativa, e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia tem, em sua estratégia de crescimento, o ser humano e o meio ambiente como partes integrantes e drivers para a geração de valor equilibrada para a sociedade, com atuação alinhada às melhores práticas ESG. Na área ambiental, a empresa tem como foco reduzir e neutralizar as emissões de carbono até 2040. Para isso, estão sendo feitas a mudança gradativa da matriz energética dos equipamentos, do diesel para a eletricidade, e a compensação das emissões de GEE de escopo 2 (energia) por meio da compra de certificados I-RECs. Só neste ano, entraram em operação oito RTGs (guindastes de pátio) elétricos no Tecon Santos e outras oito unidades estão em fase de compra. No ano passado, a Santos Brasil atingiu, antecipadamente, três metas ambientais

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024

ADM E FBN CRIAM JOINT VENTURE PARA EXPANDIR PLATAFORMA DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

informações: Revista Cultivar (20 de agosto de 2024)

A tecnologia permite o rastreamento detalhado de práticas agrícolas sustentáveis, ajudando agricultores a obter recompensas financeiras

A Farmers Business Network (FBN) e a Archer Daniels Midland Company (ADM) anunciaram a criação da Gradable, uma “joint venture” que visa expandir a tecnologia de rastreamento de práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas. A nova empresa busca facilitar para agricultores e compradores a obtenção de valor a partir da produção de grãos com práticas agrícolas mais sustentáveis.



A plataforma Gradable, lançada em 2020, já é relevante no mercado norte-americano, com mais de 20 mil agricultores utilizando seus serviços em uma área superior a 12 milhões de acres. A tecnologia permite o rastreamento detalhado de práticas agrícolas sustentáveis, ajudando agricultores a obter recompensas financeiras. Para os compradores de grãos, a plataforma oferece dados confiáveis ao nível das fazendas, permitindo que identifiquem e adquiram grãos que atendam à crescente demanda por produtos sustentáveis.

Com parceiros como ADM, POET e Attebury Grain, LLC, a Gradable já pontuou mais de 200 milhões de bushels de milho e soja e analisou 48 milhões de anos-acres de eventos agrônômicos. A plataforma facilita, anualmente, mais de 30 milhões de dólares em incentivos financeiros para práticas sustentáveis. Agora, com a joint venture de 50-50, a Gradable pretende expandir suas operações, alcançando novos parceiros e clientes em todas as etapas da cadeia de fornecimento de grãos.

O CEO recém-nomeado da Gradable, Steele Lorenz, destacou o rápido crescimento da plataforma, que se posiciona como uma das principais tecnologias para a pontuação de sustentabilidade em larga escala. Lorenz convidou novos parceiros das indústrias de bens de consumo e compra de grãos a se juntarem à plataforma, visando servir novos mercados e mais agricultores.

A demanda por culturas produzidas de maneira sustentável cresce de forma constante, impulsionada por preferências dos consumidores, compromissos corporativos e políticas públicas. Para atender essa demanda, a Gradable vai expandir suas operações em centenas de instalações da ADM nos Estados Unidos e Canadá, além de aumentar o número de parceiros comerciais e países atendidos. A plataforma também pretende ajudar a cadeia de suprimentos a atender às necessidades globais por alimentos, rações, combustíveis e produtos industriais mais sustentáveis.

Diego Casanello, CEO da FBN, expressou entusiasmo pela parceria com a ADM para lançar a Gradable, destacando que a combinação de expertise das empresas resultará em melhores insights, incentivos e suporte para que os agricultores adotem práticas regenerativas de forma lucrativa. Casanello acredita que a Gradable pode se tornar a plataforma líder do setor.

Greg Morris, presidente da unidade de negócios de serviços agrícolas e oleaginosas da ADM, destacou que os esforços de agricultura regenerativa da empresa já cobriram mais de 2,8 milhões de acres no ano passado, mas vê isso apenas como o começo. Morris afirmou que a nova joint venture permitirá a expansão contínua da Gradable, abrindo caminho para que mais agricultores, parceiros comerciais de grãos e clientes finais se beneficiem das práticas regenerativas e da crescente demanda por produtos sustentáveis.

A plataforma Gradable foi desenvolvida para fornecer uma infraestrutura digital moderna, fortalecendo a relação entre compradores de grãos e agricultores. Com o aumento da necessidade de transações de grãos eficientes, transparentes e seguras, a Gradable conecta as experiências de agricultores e compradores em uma única plataforma tecnológica segura. A Gradable também permite maior participação dos agricultores na nova demanda por sustentabilidade, facilitando a coleta e o cálculo de dados de produção verificáveis, incluindo pontuações de carbono, o que os capacita a monetizar esses benefícios no mercado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024

SP INVESTE R\$ 30 MILHÕES EM ESTRUTURAS NÁUTICAS PÚBLICAS DE 13 MUNICÍPIOS

Informações: Investe SP (20 de agosto de 2024)

Número de passageiros no Porto de Santos foi o maior dos últimos 12 anos e projeto do novo terminal de passageiros pode estimular setor



A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo (Setur-SP) investiu R\$ 30 milhões em estruturas náuticas públicas de 13 municípios de São Paulo com o objetivo de ampliar o número de turistas e excursionistas, que atualmente não ultrapassa 1,82 milhão por ano.

A previsão é de que a nova infraestrutura eleve a movimentação de pessoas para 3,12 milhões por ano até 2032, segundo o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), ligado à Setur-SP.

O turismo náutico segue em evidência com a temporada de cruzeiros, que este ano movimentou mais de um milhão de passageiros e R\$ 804 milhões na economia do litoral de São Paulo. O número de passageiros no Porto de Santos foi o maior dos últimos 12 anos, segundo o Concais – e o projeto do novo terminal de passageiros pode estimular ainda mais o setor.

No primeiro semestre deste ano, a Setur-SP mais que dobrou o número de entrega de obras de infraestrutura turística, se comparado ao mesmo período do ano passado: foram 107 obras entregues e R\$ 101,4 milhões em investimentos; parte delas viárias, viabilizando a visita a atrativos turísticos, de acordo com o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, o Dadetur, responsável pelos convênios com as prefeituras.

Em parceria com outras secretarias de Estado, a Setur-SP está integrada ao Programa SP nos Trilhos, maior programa dedicado ao turismo ferroviário no Brasil. Atualmente, apenas 250 quilômetros de uma malha total de 12 mil quilômetros são utilizados para o Turismo. A Setur-SP tem trabalhado ativamente no desenvolvimento do setor, com investimentos no Museu Ferroviário de Santos, anunciado juntamente com o Distrito Turístico de Santos, instituído em junho deste ano.

Atualmente, o Estado de São Paulo opera com 10 aeroportos regionais, além de se consolidar como o maior hub do país. No ano passado, os aeroportos de Guarulhos, Congonhas e Viracopos transportaram quase 75 milhões de passageiros. A estimativa é que se chegue ao final deste ano com 5.042 voos partindo ou chegando do Estado.

Encontro Regional Indústria Porto

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo (Setur-SP) participa nesta segunda-feira (19) do 3º Encontro Regional Indústria Porto, em Santos, que promove o setor de logística e a atividade industrial dos transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo. O evento acontece no Centro de Convenções do Parque Valongo e tem como tema central a reindustrialização do país, os investimentos em infraestrutura e o controle da taxa de juros.

A Setur-SP se apresenta com um estande e exibe vídeos promocionais de destinos turísticos e iniciativas no segmento náutico. Também participa do painel “Reindustrialização brasileira: quais os principais eixos de desenvolvimento que a indústria brasileira deve adotar”. “A Secretaria está prestes a lançar o Programa Estadual de Turismo Náutico e Ferroviário. São políticas públicas essenciais para criar novas oportunidades para aproveitar a infraestrutura de trilhos e criar estruturas para o apoio de embarcações”, afirma a coordenadora de Turismo, Ana Clemente, que representa o secretário Roberto de Lucena no evento.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024

3ª SEMANA DE AGOSTO TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,37 BI NO COMÉRCIO EXTERIOR

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (20 de agosto de 2024)

No ano, as exportações somam US\$ 215,1 bi e importações US\$ 161,5 bi, com saldo de US\$ 53,7 bi e corrente comercial de US\$ 376,6 bi

Na 3ª semana de agosto de 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,37 bilhão e corrente de comércio de US\$ 12,4 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 6,9 bilhões e importações de US\$ 5,5 bilhões. Esses resultados foram publicados nesta segunda-feira (19/8), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).



No mês, as exportações somam US\$ 16,9 bilhões e as importações, US\$ 12,8 bilhões, com saldo positivo de US\$ 4,1 bilhões e corrente de comércio de US\$ 30 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 215,1 bilhões e as importações, US\$ 161,5 bilhões, com saldo positivo de US\$ 53,7 bilhões e corrente de comércio de US\$ 376,6 bilhões.

Balança Comercial Preliminar Parcial – 3º semana de agosto/2024

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a 3ª semana de agosto/2024 (US\$ 1,4 bilhão) com a de agosto/2023 (US\$ 1,3 bi), houve crescimento de 4,4%. Em relação às importações, o crescimento foi de 14,4% na mesma comparação – US\$ 1,06 bi agora contra US\$ 933,41 no ano passado.

Assim, até a 3ª semana de agosto/2024, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,479 bi, e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 342,93 milhões. Comparando-se este período com a média de agosto/2023, houve crescimento de 8,5% na corrente de comércio.

Setores

Nas exportações, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: queda de US\$ 61,21 milhões (18,4%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 56,43 milhões (18%) em Indústria Extrativa e crescimento de US\$ 66,7 milhões (9,6%) em produtos da Indústria de Transformação.

Nas importações, houve crescimento de US\$ 3,47 milhões (21,6%) em Agropecuária; de US\$ 12,19 milhões (24,4%) em Indústria Extrativa; e de US\$ 118,73 milhões (13,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024

EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA BATEM RECORDE

Informações: CNN Brasil (20 de agosto de 2024)

Operações realizadas de janeiro a julho de 2024 são maiores do que foi registrado em todo o ano passado; é o melhor resultado desde 2013

As autorizações para exportação de produtos de defesa brasileiros em 2024 ultrapassaram o registrado em todo o ano passado. Até julho, as operações somaram 1,47 bilhão de dólares. De janeiro a dezembro de 2023, o valor total foi de 1,45 bilhão de dólares. É o melhor resultado da série histórica desde 2013, de acordo com o Ministério da Defesa.

As aeronaves KC-390 Millennium e o A-29 Super Tucano, fabricados pela Embraer, estão entre os itens mais exportados. Somente este ano, aproximadamente 500 milhões de dólares foram arrecadados com a venda desses aviões. Estados Unidos, Dinamarca, Hungria e Portugal são os principais importadores, com investimentos acima de 100 milhões de dólares cada.

A Base Industrial de Defesa (BID) é composta por um conjunto de empresas, estatais e privadas, envolvidas em várias etapas, incluindo pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa.

Esses produtos, que podem ser bens ou serviços, desempenham papel crucial na realização dos objetivos de segurança e defesa de um país.

“As exportações estimulam a cooperação e integração no âmbito internacional, atraem investimentos externos e retêm talentos no país. Os números indicam desenvolvimento econômico, aumento da competitividade e fortalecimento da Base Industrial de Defesa”, afirma o secretário nacional de Produtos de Defesa, Heraldo Luiz Rodrigues.



O Ministério da Defesa tem hoje um cadastro de 235 empresas que fazem parte da BID. O portfólio brasileiro inclui mais de 1,7 mil produtos, entre eles aeronaves, embarcações, soluções cibernéticas para proteção de dados, radares, sistemas seguros de comunicação e armamentos. Todos esses itens são de alta tecnologia.

Ao todo, o setor emprega quase 3 milhões de pessoas, entre postos diretos e indiretos.

Resultados

O governo brasileiro tem obtido bons resultados graças a atividades como promoção comercial, coordenação de diálogos entre indústrias de defesa, visitas técnicas às bases industriais, reuniões bilaterais e participação em feiras nacionais e internacionais.

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Roberto Gallo, o êxito é resultado de uma ação estratégica conjunta que se estende há cerca de dez anos.

“O que estamos vendendo hoje é fruto de um produto de defesa estratégico que já está em uso há, pelo menos, uma década, pois os produtos precisam ser testados”, diz. Segundo ele, esse desempenho abre uma porta para que o Brasil volte a se tornar um dos maiores exportadores de sistemas de defesa do mundo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024

LEILÃO DO PRIMEIRO BLOCO DE CONCESSÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DESTE ANO ACONTECE NESTA QUARTA-FEIRA (21)

Informações: ANTAQ (20 de agosto de 2024)

Na ocasião serão arrendadas três áreas do Porto de Recife (PE), uma no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e uma no Porto do Rio Grande (RS)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) vai realizar o primeiro bloco de arrendamentos portuários deste ano na próxima quarta-feira (21). O leilão, que vai acontecer na B3, em São Paulo, conta com cinco áreas.

Entre os terminais estão o REC08, REC09 e REC10, localizadas no Porto de Recife (PE); o RIG10 que fica no Porto do Rio Grande (RS); e o RDJ06, no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A transmissão será feita pelo canal da ANTAQ no YouTube, a partir das 14h.

As cinco áreas estavam contempladas no leilão estimado para o dia 23 de maio de 2024, mas que precisou ser adiado para agosto deste ano considerando o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Sobre a licitação

De acordo com os estudos, o valor total a ser investido nessas cinco áreas chega a R\$ 73,9 milhões. Todos esses terminais serão arrendados no modelo simplificado com prazo de no máximo 10 anos sem possibilidade de prorrogação.

O REC08 é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais e tem previsão de investimentos diretos na casa dos R\$ 50,9 milhões. Para o REC09, que é dedicado à movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, especialmente arroz, a expectativa é de investimentos na casa dos R\$ 2,2 milhões.

Por sua vez, o RDJ06, que armazena e movimenta carga geral líquida, prevê R\$ 10,1 milhões em investimentos. O terminal REC10 vai movimentar e armazenar granéis sólidos e cargas gerais e a estimativa de investimento é de R\$ 2,9 milhões. Para o RIG10 a expectativa é de investimentos de R\$ 7,8 milhões, o terminal movimenta e armazena carga geral.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/08/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PICO DO PRÉ-SAL E INCERTEZA SOBRE NOVAS FRONTEIRAS EMPURRA AGENDA DE PRODUTORES INDEPENDENTES

Governo tenta destravar abertura de debate sobre políticas para produtores offshore de menor porte e produção em terra – incluindo não convencional

Por Fernando Caixeta 20 de agosto de 2024 Em Meio ambiente, Petróleo e gás, Política energética, Transição energética



Marcio Felix é CEO da EnP e presidente da Abpip (Foto: Gustavo Costa/epbr)

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia (MME) espera editar ainda em agosto uma portaria para instituir o Potencializa E&P, novo programa anunciado em 2023 para dar continuidade aos fóruns de discussão criados nos governos passados para tratar de políticas para os produtores independentes. O documento está na Casa Civil.

O MME pretendia levar a proposta para discussão no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas a discussão não avançou nas duas reuniões de 2023.

Há temas sensíveis para área ambiental do governo, liderada pela ministra Marina Silva (Rede). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), pretende abrir a exploração de óleo e gás natural não convencional em terra, com o uso da técnica de fraturamento hidráulico.

Isso está na agenda do Potencialize E&P e também do Gás para Empregar, que teria seus relatórios aprovados na semana passada, mas a reunião foi adiada em razão dos eventos com a Petrobras no Paraná e o presidente Lula (PT).

E uma questão fiscal: o segmento tenta convencer o conjunto do governo que pela natureza do campos maduros e de economicidade marginal, a cobrança de royalties poderá reduzir investimentos. E, com menos óleo, arrecadar menos para estados e municípios.

As junior oils, como apelidou a Faria Lima, reverteram o declínio da produção em campos terrestres e na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, duas frentes em que a Petrobras reduziu sua presença, seja pela venda de ativos ou concentração de investimentos no pré-sal.

É um segmento que cresceu em ondas, mas acelerou com a liquidação de campos da Petrobras, especialmente no Nordeste, interrompida com a mudança de governo, como propôs o PT desde a campanha.

Passa agora por um novo momento, de consolidação, com empresas listadas em bolsa e que representam parcelas significativas da produção em algumas regiões do país.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2034, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mostra que a produção brasileira cresce, mas não se sustenta.

A produção de petróleo se ampliará até 2030, mas não se mantém ao longo do decênio, sendo 94% oriunda de recursos descobertos.

Conforme a EPE, há grandes oportunidades para o gás natural, com a produção líquida aumentando 139% até 2034, com expectativa de crescimento de 46% da produção onshore brasileira em relação à de 2023.

A abertura do ambiente onshore para estes novos players também significa a revitalização de toda a cadeia produtiva associada. Por exemplo, em 2018 foi perfurado o último poço exploratório em terra pela Petrobras.

Desde então, 80 poços exploratórios foram perfurados por 10 operadores diferentes em 7 bacias. Atualmente, produtores independentes são responsáveis por metade da produção em terra.

A EPE registra que a produção nos campos terrestres ocorre, em geral, em municípios de baixa renda, cujas economias são fortemente dependentes de royalties.

Esses investimentos respondem, inclusive, com a melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas localidades.



Magda Chambriard, Alexandre Silveira e Lula em cerimônia da retomada de operações da Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados (Foto: Tauan Alencar/MME)

Diante desse cenário, o MME promoveu uma reunião de trabalho sobre a competitividade dos produtores independentes de petróleo e gás natural e abriu consulta pública para colher sugestões que apoiem o desenvolvimento e competitividade.

A tomada pública de contribuições, aberta até 26 de agosto, demonstra os 14 pontos na ordem do dia do MME, em alinhamento com o setor.

Dentre eles estão incentivos para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte e a produção em campos maduros e acumulações de economicidade marginal.

Além da viabilização da exploração e produção de recursos não convencionais e melhoria do edital do Poço Transparente, um projeto que ainda não se materializou. Desde o governo Bolsonaro, o MME tenta desenvolver a proposta de monitoramento de poços com fraturamento hidráulico.

“Só produz por causa do produtor independente”

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), Márcio Félix, afirmou à epbr que parte da produção nacional de petróleo só ocorre porque há atuação dos produtores independentes, em locais que os campos que as grandes petroleiras não têm interesse de explorar.

“Se a gente imaginasse que não existissem empresas independentes, a gente praticamente não teria produção no Rio Grande do Norte, em Sergipe, em Alagoas, no Maranhão, em terra, no Espírito Santo e em vários lugares no Brasil”, comentou Félix.

Para o presidente da Abpip, sem a atuação dos independentes nesses campos maduros e marginais, o Brasil estaria num “grande programa de descomissionamento”.

Com a vida útil prolongada por meio de tieback e renovação de concessões iniciais da rodada zero, há pouca oferta de novas oportunidades de exploração para os produtores independentes.



“A gente está com poucas áreas em oferta e com restrições ou letargias ambientais. Este ano, não vamos ter leilão e a ANP está falando em fazer uma depuração e tirar mais áreas que têm menor chance de licenciamento. Então estamos ficando com pouca oferta. A gente está chegando uma ‘entressafra’ entre ter descobertas significativas e projetos em produção”, comparou.

Preço de referência

Outro ponto abordado na reunião e defendido pela Abpip é o estabelecimento de critérios diferenciados quanto ao preço de referência para os produtores independentes.

A associação cita um acordo feito no Supremo Tribunal Federal (STF), em ação movida pelo estado do Rio de Janeiro, para a criação de mecanismo de transição, que acabou sendo modificado por decreto no fim do governo Bolsonaro.

“A estabilidade que a gente procurou criar foi mexida, mas não se chegou a um resultado final, que está na mão da ANP”, disse Félix.

Em 2023, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) aprovou a realização de nova consulta pública para a proposta de revisão do preço de referência do petróleo, base de cálculo da cobrança de participações governamentais.

A diferenciação dos campos maduros e empresas de menor porte, contudo, não avançou. E produtores independentes têm demonstrado preocupação com a revisão da metodologia, motivada pela valorização de correntes de óleo com teor de enxofre menor.

E na Câmara, tramita o PL 50/2024, de autoria do deputado Hugo Leal (PSD/RJ) que estabelece que deverão levar em consideração os preços de mercado e as regras de preço de transferência – adotado em operações financeiras internacionais. Aguarda parecer do relator, deputado Gabriel Nunes (PSD/BA).

O PL do deputado e ex-secretário de Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro conta com o apoio de estados e municípios que recebem royalties e de refinarias privadas, que têm interesse na pauta no contexto do desestímulo à exportação de óleo cru.

O Ministério da Fazenda também tem cobrado celeridade na revisão do cálculo dos preços de referência e apoia a discussão na Câmara dos Deputados.

Produção não convencional

Em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o ministro Alexandre Silveira voltou a defender a produção de gás não convencional no Brasil.

“Que contribuição nós estamos dando para o planeta, se nós importamos gás dos Estados Unidos desde 1971? Nós estamos discutindo trazer o gás não convencional de Vaca Muerta e nós não podemos estudar os nossos potenciais gasíferos, que são uma realidade no Brasil, em consequência de uma visão meramente ambiental”, criticou.

Ambientalistas e o agronegócio condenam a prática, alegando competição por recursos hídricos e risco de contaminação de lavouras, aquíferos subterrâneos e impactos à qualidade do ar e à saúde.

A defesa de Silveira pela exploração não convencional encontra amparo da Casa Civil. O diretor do Programa de Parceria de Investimentos, João Henrique Lima do Nascimento, comentou que o Brasil poderia substituir as importações de gás natural liquefeito (GNL) a partir da exploração dessas reservas.

“A exploração dos recursos não convencionais é tema relevante, sobretudo devido à revolução energética que ocorre nos EUA, o que faz com que esse tema tenha um caráter estratégico”

Para o presidente da Abpip, os produtores independentes têm potencial para abrir esses caminhos nas áreas em que já estão instalados, com possibilidades no Recôncavo e na Bacia do Parnaíba, em especial.

Sobre a dificuldade de licenciamento, Márcio Félix acredita que a falta de previsibilidade afeta o desenvolvimento de projetos. “Como alguém vai investir em explorar e depois não ter a autorização para desenvolver a produção? Só gastar, descobrir, constatar e não ir para frente?”, questionou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/08/2024

SG/CADE DÁ AVAL PARA COMPRA DE TÉRMICAS DO BTG PELA ENEVA

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política
Por epbr 20 de agosto de 2024

Em Comece seu Dia, Empresas, Internacional, Mercado de gás, Setor elétrico



Operação onshore da Eneva na Bacia do Parnaíba, no Maranhão (Foto: Divulgação)

A Superintendência-Geral do Cade aprovou, sem restrições, nesta segunda-feira (19/08) a compra de quatro geradoras termelétricas do BTG pela Eneva. A operação inclui a estruturação de uma oferta pública primária de ações (follow-on) com garantia de compra pelo BTG Pactual.

A Eneva informou no anúncio da operação que a oferta conjunta à aquisição visa a reduzir a alavancagem da companhia. No valor base da operação, de R\$ 14,00 por ação, o follow-on será de R\$ 3,2 bilhões, podendo chegar a R\$ 4,2 bilhões a depender da demanda, disse a empresa em julho. A operação também precisa receber o aval do Banco Central.

Ao todo, foram negociadas térmicas totalizando 3,3 GW de potência:

- 100% da Tevisa, que controla a UTE Viana (174,6 MW), a óleo, e a UTE Viana I (37,5 MW), a gás natural, ambas localizadas em Viana (ES);
- 100% da Povoação, detentora da UTE Povoação I (75 MW), que opera a gás em Linhares (ES);
- 50% da Gera Maranhão, que detém a UTE Geramar I e UTE Geramar II, ambas a diesel e localizadas em Miranda do Norte (MA), com capacidade total de 332 MW;
- e 100% da Linhares Geração, que opera a UTE Luiz Oscar Rodrigues de Melo e UTE Linhares I (240 MW total), a gás natural.

A SG/Cade afastou, portanto, riscos de concentração prejudiciais ao mercado. Ao órgão antitruste, a Eneva afirmou que a aquisição das térmicas oferecerá sinergias, ganhos de eficiência e upsides adicionais de crescimento.

Já o BTG, que a operação permitirá a monetização de parte de seus ativos, além de aumentar sua participação no capital social da Eneva. A companhia mira oportunidades no próximo leilão de reserva de capacidade, previsto para este ano.

O Brasil está descobrindo pouco petróleo novo, o que já começa a aparecer nas curvas de produção futura de gás natural. Diante desse cenário, os produtores independentes e o Ministério de Minas e Energia (MME) começaram a colocar em pauta – com quase um ano de atraso – a agenda do Potencialize E&P.

“A gente está com poucas áreas em oferta e com restrições ou letargias ambientais. Este ano, não vamos ter leilão (...) Então estamos ficando com pouca oferta. A gente está chegando uma



‘entressafra’ entre ter descobertas significativas e projetos em produção”, resume o presidente da Abpip, Márcio Félix.

- Contudo, há conflitos ambientais e questões fiscais, que dividem o próprio governo, a exemplo da defesa do ministro Alexandre Silveira pela exploração de gás não convencional.

Na íntegra: Pico do pré-sal e incerteza sobre novas fronteiras empurra agenda de produtores independentes.

<https://epbr.com.br/pico-do-pre-sal-e-incerteza-sobre-novas-fronteiras-empurra-agenda-de-produtores-independentes/>

Corte orçamentário. Alexandre Silveira (PSD) solicitou a recomposição de R\$ 97 milhões para o MME sob argumento de que precisa de mais recursos para gerir a PPSA. O ofício foi enviado após a previsão do PLOA de corte de 14% no orçamento de 2025 do ministério.

Combustível do Futuro. A CI do Senado discute nesta terça (20/8) o parecer de Venezino Vital do Rêgo (MDB/PB) ao PL do Combustível do Futuro. Apresentado na semana passada, o relatório traz uma série de alterações em relação ao texto aprovado na Câmara, atendendo parcialmente alguns setores.

Eleições nos EUA. Candidato à presidência, Donald Trump prometeu, na segunda (19/8), revogar a regulação do atual governo Biden que limita a poluição das usinas de energia.

- Nos comentários econômicos mais detalhados que fez durante a campanha até agora, Trump também reforçou sua promessa de limitar radicalmente o acesso estrangeiro aos mercados domésticos e garantir que a cadeia de suprimentos de bens essenciais seja 100% nacional. (Reuters).

Do lado Democrata, Joe Biden passou oficialmente o bastão para sua vice-presidente Kamala Harris, que aparece com vantagens sobre Trump em pesquisas mais recentes. Republicanos e Democratas têm um passo em comum, de governos marcados pelo aumento da produção doméstica de óleo e gás. Trump acha pouco; e Kamala promete acelerar políticas verdes

Cessar-fogo. O governo dos EUA sinalizou avanços nas negociações entre Israel e Hamas pela cessação de conflitos em Gaza e a consequente redução de riscos de uma escalada ainda maior na região.

- A redução da pressão geopolítica colaborou para a redução dos preços do petróleo. O Brent fechou na segunda (19/8) em queda de 2,5%, a US\$ 77,66, praticamente o mesmo patamar negociado na manhã de hoje, enquanto o mercado aguarda estimativas de estoques da API nos EUA e reage à decisão na China, de manter as taxas de juros.

Abusos na migração para o ACL. A Aneel abriu uma consulta para discutir eventuais abusos de poder econômico no mercado livre de energia, após denúncias envolvendo distribuidoras. Dentre as medidas em discussão, estão restrições e limites para comercializadoras varejistas do mesmo grupo econômico das distribuidoras (MegaWhat)

Diálogos da transição. A América Latina tem potencial para liderar o fornecimento global de hidrogênio renovável, capturando 25% a 33% da demanda, até 2030, projeta relatório do Fórum Econômico Mundial. Com custos nivelados já abaixo da média global, a região estaria apta a rivalizar com grandes players como a Austrália (22%–31%) e a África (9%–14%).

Eólica no RS. O governador Eduardo Leite (PSDB) assinou na segunda (19/8) um protocolo de intenções com o consórcio Vento Pampeiro, formado por Vestas e Renobrax, para viabilizar o Complexo Eólico Três Divisas, que deve ser instalado nas cidades de Uruguaiana, Alegrete e Quaraí, com possibilidade de expansão para outros municípios da região. Análises preliminares indicam que

o projeto tem potencial de atrair cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos e pode chegar a 400,5 megawatts.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/08/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

FAZENDA ENVIU PROPOSTAS PARA SEGUNDA ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, QUE TRATA DA RENDA, DIZ HADDAD

Presidente Lula irá definir se tema será levado ao Congresso ainda neste ano

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cláudio Sobreira/divulgação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a pasta já enviou à Presidência da República propostas para a segunda etapa da reforma tributária, com foco na renda. Agora, caberá ao presidente Lula definir se o tema será levado ao Congresso Nacional ainda neste ano, conforme previsto inicialmente.

Haddad esteve no Macro Day na manhã desta terça-feira, evento organizado pelo BTG Pactual.

— Depois de concluir a remessa sobre tributos sobre consumo, nós vamos apresentar pro governo, a Fazenda vai apresentar pro governo, cenários de mudanças na renda. Isso já foi feito. Aí o presidente vai avaliar junto com os outros ministros, porque isso tem impacto político, tem impacto de comunicação, tem impacto para todo lado 1 disse o ministro, acrescentando:

— Nós vamos explicar pros ministros quais os cenários, os impactos, e aí o presidente define se é esse ano, o ano que vem [...] (Essa discussão) Estava ocorrendo dentro da Fazenda e agora vai ocorrer no governo. A Fazenda já fez o seu trabalho interno.

O envio da proposta de reforma tributária sobre a renda estava previsto inicialmente para até o dia 20 de março. No entanto, com um ano legislativo mais curto por causa das eleições municipais, que tiram parlamentares de Brasília, Haddad decidiu postergar o prazo.

Assim, o governo pode focar na regulamentação da primeira fase, que alterou o regime de impostos sobre o consumo.

O texto principal da segunda fase deve dispor principalmente das faixas do Imposto de Renda da Pessoa Física — o presidente Lula prometeu, durante e após a campanha eleitoral de 2022, ampliar a isenção para os brasileiros que ganham até R\$ 5 mil — e também das empresas.

O ministro disse ainda que o país segue com política monetária "bastante restritiva", considerando a taxa básica de juros, atualmente fixada em 10,5% ao ano. De acordo com Haddad, se o Banco Central "apertar demais o monetário" em momentos de turbulência externa pontual pode correr o risco de abortar um processo "virtuoso" de combate à inflação pelo lado da oferta.

— Nós já estamos com uma política monetária bastante restritiva, com a atual taxa de juros. [...] Hipoteticamente, se você apertar demais o monetário no momento em que você pode ter uma

turbulência externa momentânea e não tá olhando para a inflação de final de 2025, começo de 2026, você pode abortar um processo virtuoso de combate à inflação pelo lado da oferta.

Segundo o ministro, eventual erro de dosagem no aperto monetário pode interromper a recuperação da economia e gerar um novo ciclo inflacionário.

— Estamos começando a ver formação bruta de capital no país. De repente você erra na dose, aborta esse processo de ampliação da capacidade instalada, vai ter problema inflacionário também — afirmou Haddad.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/08/2024

HOJE COMEÇA O “DIÁLOGO INSTITUCIONAL” SOBRE EMENDAS. VEJA OS DETALHES

Por Míriam Leitão



Supremo Tribunal Federal (STF) inicia diálogo sobre emendas com Executivo e Congresso — Foto: Fellipe Sampaio/STF/11-09-2023

Conversei hoje bem cedo sobre o almoço que vai rolar hoje no Supremo Tribunal Federal sobre as emendas parlamentares. Primeiro quem vai: quase todos os ministros do STF já confirmaram, o próprio presidente Lula indicou o ministro Rui Costa e o advogado-geral da União Jorge Messias para representar o Executivo. Os presidentes da Câmara e do Senado também convidados.

A uma das pessoas que vai para o almoço, perguntei se daria para resolver essa polêmica hoje e a resposta foi que “Não creio em avanços a curto prazo”, mas claro é o começo do “diálogo institucional” que o ministro Flavio Dino sugeriu no seu voto.

As emendas são uma novela, e o capítulo desta terça-feira é esse almoço, então vale torcer por uma comida de fácil digestão. Muitas emendas atuais são uma espécie de reedição do Orçamento Secreto, que o Supremo já sentenciou ser inconstitucional. O outro ponto é que se trata de uma quantia muito alta de dinheiro que quem decide a destinação é o Congresso, esvaziando uma importante função do Executivo, a de executar o Orçamento.

Esse impasse e início de diálogo acontecem em um momento decisivo. Primeiro porque o Orçamento do ano que vem está sendo feito agora. A ministra Simone Tebet está decidindo agora exatamente o destino de cada recurso, os investimentos públicos. Um segundo ponto importante é o fato de o Congresso estar realizando menos sessões por causa da campanha eleitoral. Então é um momento mais fácil para se buscar uma baixada de bola, e de começar esse diálogo.

A primeira reação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, à decisão de suspensão das emendas pelo STF, foi violenta. Lira ameaçou o Supremo com duas medidas que tirou da gaveta e ao governo com a indicação de que a Casa votaria contra os interesses do Executivo. Nesse momento, no entanto, não haverá grandes votações, o que pode se tornar a hora propícia para encontrar um caminho, uma negociação em que o resultado final seja a melhoria da democracia brasileira, do funcionamento dos Três Poderes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/08/2024

CAMPOS NETO NÃO DÁ INDICAÇÃO DE ALTA DE JUROS, E DIZ QUE ECONOMISTAS TÊM ERRADO SOBRE PIB

Por Míriam Leitão



Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, aconselha seu sucessor: 'seja firme, seja técnico, seja íntegro e saiba dizer não' — Foto: Maria Isabel Oliveira/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, está otimista, está vendo a economia brasileira com bons olhos. Foi o que me disse em entrevista no GLOBO. Acha que tem muita coisa acontecendo de bom como uma alta do PIB além do previsto. Inclusive admitiu que os economistas, grupo no qual se incluiu, têm errado muito nas projeções sobre o ritmo de crescimento da economia brasileira. Eu fiz essa pergunta porque as estimativas iniciais de crescimento para este ano não chegavam a 2%, agora já estão se aproximando de 3%. O JP Morgan, por exemplo, no fim de semana divulgou projeção de alta de 2,9% para o PIB.

Campos Neto falou que os economistas têm várias hipóteses sobre porque a economia está se desempenhando melhor do que eles previram no começo do ano. Há um crescimento forte, um desemprego baixo. Ele disse que há uma hipótese, mas ainda não comprovada, de que esse desemprego baixo pode afetar o setor de serviços, o que significa produzir inflação de serviços, mas que essa hipótese ainda não está comprovada. Fazer essa ponderação é importante, porque se tivesse comprovado que o desemprego baixo está afetando a inflação, essa seria uma indicação mais forte para alta de juros.

Ao longo da entrevista, aliás, em nenhum momento Campos Neto afirmou que os juros precisam subir ou que a alta da Selic esteja sobre a mesa. Perguntei isso, mas ele disse e reafirmou várias vezes que o Copom decidiu não dar uma orientação do que vai fazer na próxima reunião, o chamado guidance. Segundo Campos Neto, tudo vai ser resolvido na reunião. E ele pontuou que há uma dúvida entre os membros do Copom se os riscos estão simétricos ou não, se o risco de aumento e queda de inflação, assim que eles chamam de risco de queda, são iguais. Se forem iguais, tem tanto risco de subir quanto de descer simetricamente, não tem alta de juros.

Saí dessa conversa com a impressão de que realmente eles não decidiram ainda sobre se vão subir ou não os juros. Estou acentuando esse ponto porque no mercado financeiro, quando você fala com os operadores, estão todos apostando em um novo ciclo de alta de juros, já há quem fale em taxa de 12% no fim do ano. No entanto, quando perguntei sobre esse tema ao presidente do Banco Central, ele pontuou que os economistas dos bancos não estão apostando em alta de juros, citando o Boletim Focus, mas que o mercado financeiro está. A gente pensa que é a mesma coisa, mas os economistas são aqueles profissionais que fazem a análise da conjuntura para os bancos. Quando Campos Neto fala de mercado financeiro, está se referindo a quem está na mesa, tomando as decisões de investimento, ou seja, o mercado mesmo em si. Ficou claro para mim que não está decidido se os juros vão subir. O fato é que Campos Neto faz uma avaliação positiva da economia.

Portanto a próxima reunião está realmente sem guidance, ou seja, sem orientação do BC sobre o que vai acontecer.

Perguntei a Campos Neto, que está em fim de mandato à frente do Banco Central do Brasil, acaba em dezembro, qual o conselho daria a seu sucessor e ele não se furtou:

"Eu dou o conselho que ele saiba dizer não, que seja resistente e duro nos momentos de crítica que sempre vão ter. É normal ter crítica ao Banco Central, é normal ter crítica a juros, ainda mais o Brasil que tem um histórico de juros altos. O meu conselho é que ele seja firme, seja técnico, seja íntegro e saiba dizer não."

Uma boa resposta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/08/2024

EM CINCO ANOS, NÚMERO DE EMPREGOS DO MERCADO NAVAL CRESCEU 20% NO BRASIL E 30% NO ESTADO DO RIO

Levantamento da Firjan, que será apresentado nesta terça-feira, mostra que setor continua aumentando postos de trabalho este ano

Por *Luciana Casemiro*



O estado do Rio possui cerca de 50% dos estaleiros de grande porte do país. — Foto: Roberto Moreyra / Agência O Globo/09-10-2019

O número de postos de trabalho no mercado naval cresceu 20% no país e 30% no estado do Rio, entre 2019 e 2023. E o emprego no setor continua crescendo este ano. De janeiro a maio, a alta foi de 4,2% no mercado nacional ante ao mesmo período do ano passado. No Rio, o crescimento foi ainda maior de 4,8%. Ao todo, foram mapeados 178 mil empregos no território nacional nesse período. Esses dados do levantamento da Federação das Indústrias do Rio de

Janeiro (Firjan), ao qual blog teve acesso em primeira mão, fazem parte da 6ª edição do Panorama Naval no Rio, publicação bianual da Firjan Senai Sesi, que será lançada nesta terça-feira na sede da federação.

O estudo da Firjan ressalta a necessidade de reativar a capacidade ociosa dos estaleiros e parques fabris nacionais. E aponta que em pesquisa realizada junto aos usuários de recursos do Fundo da Marinha Mercante, em 2023, estimou que a demanda do setor por recursos para indústria naval alcance cerca de R\$ 37 bi para o período 2024-2027, montante significativo que se traduzirá em um grande potencial de geração de empregos locais.

O estado do Rio possui cerca de 50% dos estaleiros de grande porte do país.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/08/2024

G20 NO BRASIL: SEMINÁRIO DISCUTE AMANHÃ POLÍTICA INDUSTRIAL E SUSTENTABILIDADE. VEJA COMO SE INSCREVER

Como levantar recursos para inovação, financiamento e soluções concretas para viabilizar a transição energética e a inclusão no setor são temas a serem discutidos



Seminário discute política industrial e sustentabilidade — Foto: Márcia Foletto

A indústria brasileira responde hoje pelo equivalente a 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Há 20 anos, somava quase um terço. Resgatar a competitividade do setor, fazendo frente a rivais globais, é um dos principais desafios a ser enfrentado ao longo das próximas décadas.

Em seu quarto evento presencial, o projeto G20 no Brasil — que reúne O GLOBO, Valor e rádio CBN na cobertura da presidência brasileira do grupo dos países mais ricos do mundo — vai discutir como levantar recursos para inovação, financiamento e soluções concretas para viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial.

O evento acontece amanhã, no auditório da Editora Globo (Rua Marquês de Pombal 25, Cidade Nova), a partir das 10h. As inscrições podem ser feitas pelo link oglobo.globo.com/projetos/q20nobrasil.

Do primeiro painel, “A política industrial brasileira, seu financiamento e seu impacto na vida das pessoas”, participam José Luis Pinho Leite Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES; Naercio Menezes Filho, professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper; e Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi. A mediação é de Lu Aiko Otta, repórter especial do Valor Econômico.

O segundo painel, “Passo a passo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável: o que pensam as empresas brasileiras”, tem como convidados Ailtom Nascimento, vice-presidente do Grupo Stefanini; David Canassa, diretor executivo da Reservas Votorantim; Jandaraci Araújo, co-fundadora do Conselheira 101; e Ludmila Nascimento, diretora de Energia e Descarbonização da Vale. A mediação é de Frederico Goulart, jornalista da Rádio CBN.

Oportunidades: Brasil quer bioeconomia ‘social’ no G20, mas falta definir do que o tema se trata
O projeto G20 no Brasil tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e rádio CBN.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 20/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

SÓ O TEMPO NOS DIRÁ SE HAVERÁ NOVO CONGELAMENTO DE GASTOS EM SETEMBRO, DIZ SECRETÁRIO DE TEBET

Secretário executivo do Ministério do Planejamento não descarta novo congelamento de verbas e reitera que serão usados ‘todos os instrumentos’ para controlar despesas e cumprir meta
Por Giordanna Neves (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou nesta segunda-feira, 19, que ainda não é possível antecipar se haverá uma restrição fiscal maior, de contenção de gastos, no próximo relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do governo federal, que será divulgado em setembro. “Só o tempo vai nos dizer (se poderá ter uma restrição maior)”, disse durante uma live promovida pelo Bradesco Asset. Para os economistas do mercado, a resposta é de que, sim, será necessário um novo congelamento de verbas.

Guimarães explicou que os dados são conhecidos mais próximos da divulgação do próximo relatório, após as estimativas enviadas por cada ministério. Ele citou, por exemplo, que pode haver uma acomodação e redução do crescimento de despesas obrigatórias, o que reduziria a contenção de gastos no próximo relatório, ou uma aceleração.

O secretário da pasta comandada por Simone Tebet reiterou que a equipe econômica vai usar todos os instrumentos para garantir o cumprimento da meta de resultado primário (a diferença entre receitas e despesas). “O desafio de 2024 e de 2025 é um desafio forte no sentido de consolidação fiscal, mas obviamente, legalmente, vamos lançar mão de todos os instrumentos”, disse, em referência à possibilidade de contenção de despesas.



A equipe econômica promoveu uma alteração no mais recente relatório bimestral para dosar a velocidade dos gastos, lembra Guimarães Foto: Wilton Junior/Estadão

Guimarães citou ainda que, de forma prudente, a equipe econômica promoveu uma alteração no mais recente relatório bimestral para dosar a velocidade dos gastos.



A proposta incluída no decreto determina que os limites de empenho serão divididos em três períodos: até setembro, novembro e dezembro. Pelo texto, após a contenção de R\$ 15 bilhões, os ministérios e órgãos poderão empenhar, até setembro, 35% do saldo remanescente; de setembro a novembro, mais 35%; e até dezembro, 100% do restante dos recursos livres serão liberados para empenho.

“A gente está com todos instrumentos para cumprir a meta, obviamente dentro de um cenário que não tenha risco muito fora da curva ou inesperado”, disse.

Efeitos do pente-fino

Guimarães, afirmou também que as medidas de revisão de cadastro e renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC) já devem ter efeitos nas contas públicas este ano. Ele reconheceu que os gastos com o benefício e com a Previdência aceleraram, mas ponderou que as causas estão sendo estudadas.

O secretário disse que o gasto obrigatório não é um cheque em branco para os ministérios e reiterou a importância de fazer uma revisão de despesas obrigatórias para abrir espaço orçamentário para outras despesas discricionárias. A tendência, segundo ele, é que essa agenda fique cada vez mais perene no Orçamento dos próximos anos.

“Tem políticas públicas que poderiam ser integradas, o Bolsa Família é um exemplo disso, que quando você observa tem ‘N’ políticas públicas no mesmo cidadão.”

Gustavo Guimarães, secretário executivo do Ministério do Planejamento

Guimarães citou três diferentes eixos da agenda de revisão de gastos: um eixo vertical, que avalia as fraudes e usos indevidos de benefícios e propõe redução nas distorções; um eixo mais estrutural, que busca modernizar as vinculações no Orçamento; e outra com foco na avaliação dos subsídios financeiros, creditícios e, principalmente, tributários - este último, segundo ele, cresceu de forma acentuada desde 2023 e precisa ser revisado.

O secretário acrescentou ainda que uma outra vertente da agenda busca olhar as políticas públicas de forma agregada e integrada. “Tem políticas públicas que poderiam ser integradas, o Bolsa Família é um exemplo disso, que quando você observa tem ‘N’ políticas públicas no mesmo cidadão, e às vezes ele não tem a percepção de todas aquelas políticas públicas que ele recebe de forma direta ou indireta. Tem algum tipo de integração de política pública que pode melhorar o bem-estar do cidadão e ao mesmo tempo ter economia fiscal”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/08/2024

GOVERNO ENTREGARÁ PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA NA PRÓXIMA SEMANA COM REVISÃO DE GASTOS, DIZ Nº 2 DA FAZENDA

Secretário-executivo da pasta, Dario Durigan afirmou que governo observa com atenção dinâmica do gasto com o BPC, para que haja espaço para outras políticas

Por Fernanda Trisotto (Broadcast) e Francisco Carlos de Assis (Broadcast)

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, destacou que o governo vem fazendo um trabalho para colocar as contas públicas em ordem, revisando despesas e ampliando as receitas para ancorar as expectativas, e que isso estará contemplado na peça orçamentária de 2025.

“Vamos cumprir o cronograma de entregar a lei orçamentária semana que vem, já com parte importante de revisão de gasto, mas ainda há um pedaço a fazer. Eu reconheço isso, tenho dito isso publicamente, e o desafio é grande, como é grande nas outras frentes da receita. O conflito se torna aparente e é preciso lidar com isso”, disse durante palestra sobre “Política Fiscal e Seus Efeitos Sobre a Economia” em evento realizado pelo BTG Pactual, em São Paulo.

Durigan afirmou que o governo observa com atenção a dinâmica do gasto com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que está crescendo muito neste ano, para que haja espaço para outras políticas. Ele lembrou que já há um ajuste para o BPC incluído no relatório do senador Jaques Wagner (PT-BA) para o projeto que indica fontes de compensação para a desoneração da folha de pagamento.



Durigan afirmou que há perspectivas para o cumprimento da meta fiscal neste ano Foto: Washington Costa/MF

“A gente está contendo o avanço do BPC, o avanço da Previdência, não por nenhuma questão de corte de direito. Pelo contrário, é para poder seguir tendo alguma despesa discricionária, que ainda é pequena, para o País, para poder ter maleabilidade em outras políticas, para poder manter outras políticas que estão valendo”, afirmou.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, reforçou que a agenda de revisão de gastos está em andamento e engloba várias frentes, da análise de políticas públicas aos gastos tributários e judiciais. Como exemplo, ele citou o enfrentamento ao crescimento das despesas com precatórios e os custos da disputa judicial para a União.

Ele ponderou que o governo está fazendo um esforço para ordenar o gasto com precatórios, o que pode abrir um espaço de R\$ 80 bilhões a R\$ 100 bilhões. “A gente precisa entender esses precatórios, resolver eles na origem para que eles se reduzam ao longo do tempo, e isso também está nessa agenda de revisão de gastos, porque sentença judicial é gasto também”, disse.

Guimarães reforçou que as políticas obrigatórias são tão importantes quanto as discricionárias e que o governo vem promovendo ações para melhorar a eficiência dessas ações.

“Temos uma dificuldade muito grande de fazer políticas públicas novas, às vezes, mais eficientes, e, por isso, a importância de fazer a revisão de políticas públicas nessas políticas obrigatórias”, disse, reiterando que a revisão de gastos não visa o corte de benefícios. Ele reconheceu, no entanto, que o governo precisa deixar claro que se espera que algumas políticas públicas sejam reduzidas.

Cumprimento da meta fiscal

Durigan afirmou que há perspectivas para o cumprimento da meta fiscal neste ano. Ele ponderou que recebia sinais de que a meta de 2024 era irreal, mas que o governo vem mostrando o contrário.

“O sinal que eu recebia dos meus interlocutores todos era de que a meta desse ano era uma coisa quase impossível de ser cumprida. Zerar o déficit em 2024 era algo irreal, e a gente tem mostrado o contrário. Hoje, inclusive, há uma perspectiva (de cumprimento). Entendo um certo questionamento, uma certa dúvida, mas há uma perspectiva de cumprimento da meta que foi estabelecida. E a perspectiva traz não só o esforço da Fazenda, do Planejamento do governo, mas o esforço do País”, disse.

Ele destacou o avanço na agenda econômica, inclusive na revisão de gastos, tocada pelo Planejamento. “A gente segue num bom compasso, talvez a gente não atenda todas e às exatas expectativas que nos são colocadas pelo mercado. Temos um projeto consistente, a gente não vai se desviar desse projeto”, afirmou.

O secretário reiterou o compromisso com o fiscal e o equilíbrio das contas e o cumprimento da meta, conforme determina o arcabouço fiscal. “A gente vai fazer o que for necessário para fazer os cortes, colocar a receita num patamar razoável, trazer de novo para um equilíbrio”, disse, frisando o objetivo de trazer a trajetória da dívida brasileira para um patamar sustentável no menor espaço de tempo possível.

“Todo o trabalho da equipe econômica do governo é para cumprir a meta este ano, aprovar o acordo da compensação dos setores e dar tranquilidade para o fiscal. Esse é o nosso plano de voo, nós não vamos mudar”, disse.

Ele também avaliou que eventuais frustrações de receita, incluindo os recursos fruto da retomada do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), estarão contemplados no próximo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que será publicado em setembro.

“É preciso acompanhar até o próximo bimestral para que a gente confirme ou não, e pode ser que não confirmemos, os números do Carf. Para o ano que vem, a gente tem uma previsão de Carf um pouco menor do que foi desse ano”, explicou.

O secretário-executivo do Planejamento, Gustavo Guimarães, reforçou que não se discute o cumprimento da meta, que foi estabelecido em lei, e que o governo tem feito esforços para o atingimento, como a contenção dos R\$ 15 bilhões anunciada em julho.

“Nós continuamos trabalhando, tanto pelo lado das receitas, quanto pelo lado das despesas, para não ter essa necessidade de fazer um novo bloqueio, contingenciamento, mas acho que a mensagem importante é que temos instrumentos, temos formas de atingir a meta, e vamos fazer tudo o possível para que a gente cumpra a meta desse ano”, assegurou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/08/2024

CORREIOS ASSUMEM DÍVIDA DE R\$ 7,6 BILHÕES PARA SOCORRER POSTALIS DE PREJUÍZOS DO GOVERNO DILMA

Parte dos investimentos que geraram prejuízo foi investigada pela Operação Greenfield, braço da Lava Jato que se debruçou sobre fraudes nos fundos de pensão; estatal diz que medida atende a normas do setor e foi aprovada por órgãos competentes

Por Gustavo Côrtes

BRASÍLIA – Os Correios firmaram um contrato de confissão de dívida em que se comprometem a transferir R\$ 7,6 bilhões ao Postalís, fundo de pensão de seus funcionários, para cobrir metade do rombo do plano de aposentadoria que parou de aceitar novos participantes em 2008. Pela legislação, a conta deve ser dividida igualmente entre a empresa patrocinadora e os participantes. Ou seja, metade do valor total do déficit, de R\$ 15 bilhões, será pago por funcionários, aposentados e pensionistas da estatal.

Segundo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual o documento se baseou, os investimentos realizados entre 2011 e 2016, durante o governo de Dilma Rousseff, resultaram em um prejuízo de R\$ 4,7 bilhões. Corrigido pela inflação e pela meta atuarial da entidade, o valor corresponde a R\$ 9,1 bilhões, o equivalente a 60% do rombo. O restante se refere a déficits ocorridos em outros períodos desde a fundação do Postalís, em 1981.



Por meio de sua assessoria, os Correios disseram que a operação foi realizada “em atendimento às normas do setor e após um rigoroso processo de aprovações junto aos órgãos competentes”. Informaram ainda que se basearam em estudo técnico segundo o qual o plano de benefício definido (PBD) contava com recursos disponíveis para honrar seus compromissos somente até agosto de 2025.

Correios vão pagar R\$ 7,6 bilhões em socorro ao Postalís, fundo de pensão de seus funcionários Foto: André Dusek/Estadão

Agora, a empresa, que registrou déficit de R\$ 800 milhões no primeiro trimestre e de quase R\$ 600 milhões no ano passado, tem desembolsado R\$ 33 milhões por mês, desde fevereiro, para socorrer o fundo de pensão. Já os participantes, além de perder parte dos benefícios, como o pecúlio por morte, sofreram descontos de 23%, no caso de aposentados e trabalhadores da ativa, e de 37%, no caso de pensionistas.

Ao Estadão a atual gestão dos Correios disse que “vem trabalhando para reduzir o déficit que foi causado, em grande parte, pelo governo anterior, por conta de decisões ruins tomadas no processo de privatização da estatal” (em referência à gestão Bolsonaro, que tentou desestatizar a empresa), enterrado pelo governo Lula 3. Os Correios afirmaram ainda que o resultado de 2023 foi melhor em relação ao último ano do governo de Jair Bolsonaro, quando a companhia teve prejuízo de R\$ 738 milhões.

Na gestão de Dilma, o plano que viria a ser equacionado pelo atual governo teve resultado negativo de 7%, enquanto a meta atuarial previa ganhos de 118%. Ao fim de 2012, o déficit acumulado desse plano era de R\$ 985 milhões e, dois anos depois, havia saltado para R\$ 5,6 bilhões. Parte dos investimentos que geraram esse prejuízo foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso e pela Operação Greenfield, braço da Lava Jato que se debruçou sobre fraudes nos fundos de pensão.

O acordo para o equacionamento do rombo foi firmado em fevereiro de 2020, ainda sob Jair Bolsonaro, mas estava na gaveta devido ao grande número de processos judiciais em que o Postalís tenta recuperar parte dos valores perdidos.

O atual presidente dos Correios, Fabiano da Silva Santos, selou o acordo antes do fim de imbróglios judiciais. Ele é ex-advogado do Postalís e de Antônio Carlos Conquista, presidente do fundo durante o governo da petista, mas nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) foi destituído das ações em que atuava.

Por meio da assessoria dos Correios, ele negou conflito de interesses ao ter decidido pelo pagamento do rombo como presidente da empresa, porque já estava afastado de todas as causas quando assinou o contrato e não faz mais parte do escritório de advocacia em que trabalhava quando participou dos processos.



Fabiano da Silva Santos, presidente dos Correios e ex-advogado do Postalís Foto: Prerrogativas/Divulgação

O acordo teve aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. O acordo teve aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Procurado pelo Estadão, o órgão informou que autorizou o

equacionamento de déficit do plano.

Ressaltou, no entanto, que “o contrato contém uma cláusula de revisão anual automática do saldo devedor que permite que o contrato seja revisto anualmente pelas partes (Correios e Postalís) em função das perdas e ganhos apresentados pelo plano e apuradas nas demonstrações atuariais ao término de cada exercício social”.

Títulos da Venezuela e do Lehman Brothers

Parte do prejuízo foi causada por alocações de capital associadas a interesses políticos e envolveu fraude e má gestão. Uma delas foi a adesão do Postalís como cotista único ao fundo Brasil Sovereign II, administrado pelo banco americano BNY Mellon e gerido pela Atlântica Asset

Management, que vendeu títulos da dívida pública do Brasil e comprou os da Venezuela e da Argentina, cujos governos eram alinhados ao PT à época.

Em alguns casos, a corretora Latam Investments LLC simulou operações de compra e venda de títulos para inflar artificialmente o valor dos títulos e gerar o pagamento de taxas de corretagem indevidas. Uma investigação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aberta após recebimento de informações do órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos, a Financial Industry Regulatory Authority (FINRA), revelou que mais de 70% dos valores desviados envolveram empresas ligadas a pessoas com cargos de direção ou gerência no Postalís.

Segundo a CVM, um dos fundos de que o Postalís era cotista, o Atlântica Real Sovereign, comprou em 2008 um título do banco americano de investimentos Lehman Brothers por US\$ 11,2 milhões, enquanto o valor pago pela Latam Investments pelo mesmo título foi de US\$ 7,1 milhões. O banco decretou falência em 2008 — marco que desencadeou uma crise financeira global.



Policiais Federais cumprem mandado na Operação Greenfield, que investigou perdas bilionárias dos fundos de pensão das estatais. As fraudes de R\$ 8 bilhões - segundo a PF - nos quatro maiores fundos de pensão do País, Funcef (da Caixa), Petros (da Petrobras), Previ (do Banco do Brasil) e Postalís (dos Correios), já haviam sido expostas em uma CPI na Câmara dos Deputados Foto: Werther Santana/Estadão

Atualmente, a entidade de previdência cobra na Justiça cerca de R\$ 12 bilhões da instituição financeira sob a alegação de que foi vítima de gestão temerária. “Os valores reavidos na Justiça serão utilizados para o abatimento do

financiamento do déficit do PBD (o plano de benefício definido)”.

Esses valores serão divididos proporcionalmente entre os patrocinadores Correios e Postalís, de um lado, e participantes, aposentados e pensionistas, de outro, reduzindo os respectivos equacionamentos na mesma proporção de suas dívidas”, informou o Postalís ao Estadão.

‘Cobrança em cascata’

O relatório final da CPI dos Fundos de Pensão, realizada em 2015 na Câmara dos Deputados, diz que, além de tomar prejuízos com os maus investimentos, o Postalís pagou taxas de administração excessivas ao banco. A prática, descrita como “cobrança em cascata”, resultou em pagamentos indevidos e enriquecimento ilícito do BNY Mellon.

Outro fator responsável pelo déficit foram os aportes nos fundos de investimentos em participações, os FIPs. Esses ativos representavam R\$ 1,4 bilhão na carteira do Postalís no fim de 2012. Cinco anos depois, valiam R\$ 576 milhões, devido à desvalorização.

Em 2008, a entidade de previdência complementar comprou por R\$ 244 milhões 21,9% das cotas do Multiner FIP, que investia em ações do setor de energia, principalmente nas da Multiner S.A.

Segundo o relatório da CPI, o processo de aprovação do investimento foi irregular. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) concluiu, em 2014, que o Postalís descumpriu duas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que previam a análise dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

Teria ainda ignorado alertas de risco feitos pela LD Consultoria, contratada pelo próprio fundo de pensão para avaliar o investimento. Baseou-se apenas em estudo da empresa de consultoria que indicava um desconto de 42% nas cotas do Multiner FIP.

A parte do déficit do plano que ficou de fora do contrato está no centro de um litígio no qual o Postalís e a Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP) cobram da companhia o pagamento da chamada Reserva Técnica de Serviço Anterior (RTSA) — uma espécie de compensação pelo déficit

causado pela aposentadoria de funcionários antigos. Isso ocorre porque, em 1981, quando o Postalís foi fundado, os Correios já existiam há 12 anos.

Parte dos empregados aderiu ao plano naquele ano e começou a contribuir quando já estava na ativa há mais de uma década e mais próximo da aposentadoria. Mesmo assim, tiveram acesso aos mesmos benefícios dos demais, o que gerou desequilíbrio atuarial. O PBD foi saldado em 2008 e parou de permitir a entrada de novos participantes.

A estatal arcava sozinha com o prejuízo por meio de aportes mensais no Postalís até 2014, quando uma nota técnica do já extinto Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, determinou a interrupção dos repasses. O documento confirmou um parecer que a Secretaria do Tesouro Nacional havia emitido dois anos antes com a mesma posição.

De acordo com estimativa da ADCAP, o prejuízo causado pelo não pagamento da RTSA responde por 13,5% do déficit do PDB.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/08/2024

CAMPOS NETO DIZ QUE BC SUBIRÁ JURO SE FOR PRECISO, INDEPENDENTEMENTE DE ESTAR NO COMANDO DO BANCO

Segundo ele, autoridade monetária concluiu que precisava reforçar mensagem de que suas decisões são técnicas, diante de percepção no mercado de menor credibilidade da política monetária no futuro
Por Eduardo Laguna (Broadcast) e Cicero Cotrim (Broadcast)

SÃO PAULO E BRASÍLIA - A quatro meses de encerrar o mandato, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse hoje que as decisões da autoridade monetária continuarão sendo técnicas após a troca de comando. “O Banco Central vai subir os juros se for preciso, independente de eu estar ou não no BC”, declarou ao participar do Macro Day, fórum do BTG Pactual.

Reiterando o forte incômodo com o descolamento das expectativas de inflação da meta, atribuído em parte à percepção no mercado de menor credibilidade da política monetária no futuro, Campos Neto observou que o BC concluiu que precisava reforçar a mensagem de que suas decisões são técnicas, de forma que a meta sempre será perseguida.

O posicionamento, destacou, contribuiu para derrubar parte do prêmio de risco, que havia crescido após a leitura dos investidores de influência política no racha do Copom na reunião de maio, quando diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva votaram por corte maior dos juros.



Campos Neto disse que ainda não sabe o que fará após o fim do seu mandato no BC, em 31 de dezembro Foto: Wilton Junior/Estadão

Após pontuar que credibilidade não se conquista “de um dia para outro”, Campos Neto disse que a construção da confiança no trabalho do BC é um processo de longo prazo. “Não é sobre uma ou duas reuniões.”

Mapear o que cada diretor pensa faz parte da autonomia do BC

A autonomia operacional do Banco Central ainda está em fase de amadurecimento e, conforme o tempo passa, o mercado deve começar a mapear as posições individuais de cada membro do Comitê de Política Monetária (Copom), Campos Neto.

“À medida que você tenha um processo mais longo, onde você tem diretores entrando e saindo de governos diferentes, eu acho que o mercado vai começar a mapear muito o que cada diretor está pensando, e faz parte do processo em vários outros países”, disse.



Campos Neto recordou a decisão dividida do Copom em maio, quando os quatro diretores nomeados pelo governo do presidente Lula, crítico do nível dos juros, votaram por um corte de 0,5 ponto percentual da Selic. Eles foram vencidos pelos cinco membros do Copom indicados em governos anteriores, que defenderam uma baixa menor, de 0,25 ponto.

“A gente passou por uma situação onde, apesar de a decisão ter sido técnica, teve uma interpretação que todos entenderam que, no final, foi pior para todo mundo”, afirmou o presidente do BC, repetindo que, desde então, o comitê tem buscado decisões “mais coesas” e uma comunicação mais clara para mostrar que o racha não foi político.

Segundo o presidente do BC, divergências entre membros do Copom são comuns e acabaram exacerbadas por um “momento de críticas” à autoridade monetária. “Mas acho que, à medida que isso passa e a gente vai amadurecendo, esse processo tende a melhorar”, afirmou, reforçando que a autoridade monetária tem de ficar à margem da polarização da sociedade e das divergências de governos.

Campos Neto disse que, mesmo antes de a autonomia do BC ter sido aprovada, teve em diversos momentos divergências com diretores da autarquia que haviam sido indicados por ele próprio. E defendeu que é necessário conviver com essas diferenças.

Esforços concentrados para transição suave no Banco Central

O presidente do BC disse que ainda não sabe o que fará após o fim do seu mandato, em 31 de dezembro, e que agora está concentrando todos os seus esforços em garantir uma transição suave no comando da autoridade monetária.

“Para fazer uma transição suave, para que as pessoas entendam que tudo tem continuidade, que o BC vai perseguir a meta, vai trabalhar de forma técnica”, afirmou. Ele acrescentou que essa transição suave é importante para reforçar a institucionalidade da autoridade monetária.

Evocando uma entrevista sua publicada hoje pelo jornal O Globo, Campos Neto repetiu que o próximo chefe do BC terá de estar próximo do governo e de parlamentares para aprovar os seus projetos. “Mas você precisa ter a capacidade de diferenciar o que é proximidade e o que é autonomia e independência”, disse.

Campos Neto acrescentou que não pretende continuar na esfera pública, embora tenha considerado a sua experiência à frente do BC “excelente.” Ele disse que deseja migrar para a iniciativa privada e que pode fazer algo que misture finanças e tecnologia.

Inflação em 12 meses sobe por alimentos e energia

Campos Neto atribuiu a alta da inflação no Brasil, no México e no Chile basicamente à pressão dos preços de alimentos e energia. Ele observou que, em geral, há um processo de convergência da inflação global no pós-pandemia, sendo que alguns índices mostram, na margem, números mais otimistas, com os núcleos de inflação também em queda nas economias desenvolvidas.

Apesar disso, ponderou, não existe uma sincronia de política monetária, dada as diferenças no ritmo de convergência da inflação entre as economias. Ao falar da América Latina, Campos Neto pontuou que os bancos centrais começam a observar diferenças de inflação, sendo que no Brasil e no México, assim como no Chile, a variação em 12 meses sobe “um pouco” em razão, basicamente, dos alimentos.

O presidente do BC comentou ainda que existe dúvida sobre o impacto da mão de obra apertada na inflação de serviços, que cai em menor velocidade ao redor do mundo. Conforme Campos Neto, a mão de obra está mais apertada em quase todos os países da América Latina, mas com efeito diferente em serviços.



O presidente do BC disse que a correlação entre indicadores de emprego, que têm surpreendido, e a inflação de serviços não é algo que tenha sido comprovado. “Tentamos fazer um link entre desemprego e o que isso significa em termos de inflação de serviços. Achamos que tem uma correlação na ponta, mas não é uma coisa que está verificada, que a gente possa, de fato, dizer: ‘isso vai gerar uma trajetória diferente (da inflação)”, comentou.

Campos Neto deu a declaração ao explicar por que o BC tem repetido a mensagem da última ata do Copom, onde o colegiado deixou em aberto a possibilidade de tanto manter quanto subir os juros na reunião de setembro.

Ainda que indicadores tenham mostrado força da economia doméstica, inclusive no mercado de trabalho, que continua surpreendendo, o presidente do BC ponderou que o cenário externo melhorou, dada a perspectiva no mercado de início do ciclo de cortes de juros nos Estados Unidos a partir de setembro.

Cenário externo melhorou nas últimas seis, sete semanas

Campos Neto ressaltou uma melhora no cenário externo, dada a expectativa de início de cortes de juros nos Estados Unidos. Ele disse que houve uma diminuição, nas últimas seis ou sete semanas, do risco de o Federal Reserve não cortar ou levar mais tempo para começar a baixar os juros da maior economia do mundo, o que prejudicaria a liquidez global, com impacto nas economias emergentes como o Brasil.

Conforme Campos Neto, hoje está menor o risco, que era o mais preocupante, de no-landing nos Estados Unidos — ou seja, de a economia americana não desacelerar, fechando espaço para corte de juros pelo Fed. Hoje o que prevalece, frisou, é o cenário de pouso suave nos Estados Unidos.

O presidente do BC lembrou que o ponto de inflexão foi a divulgação de indicadores mais fracos nos Estados Unidos, levando a uma expectativa que considerou “precipitada” de desaceleração um pouco mais forte no país. “O cenário que prevalece é de desaceleração organizada nos Estados Unidos”, comentou.

Embora reconheça que as propostas debatidas nas eleições americanas são inflacionárias, Campos Neto ponderou que o mercado começou a entender que existe menos espaço a políticas contracíclicas no mundo, já que os governos não têm espaço fiscal para responder a uma desaceleração da atividade.

A observação foi feita após Campos Neto ressaltar que a dívida global cresceu muito rápido, levando a um aumento no custo de carregamento, levando como consequência a um aumento no custo de financiamento que começa a ser sentido em alguns países emergentes.

Assim, a percepção de melhora fiscal no mundo ficou mais sincronizada, e a tendência é de desaceleração dos impulsos fiscais em vários lugares do mundo. “Nos últimos tempos, parece ter entendimento de que o fiscal entrou em sintonia no mundo”, disse o presidente do BC, acrescentando que o fiscal cliff (abismo fiscal) está acontecendo de forma “mais ou menos organizada”.

Ele observou ainda, ao falar do cenário externo, que o volume grande de carry trade com iene está sendo desarmado. Por outro lado, lembrou, a China está passando por desaceleração, saindo de consumo externo para exportação, sendo que seus produtos enfrentam alta de tarifas em mercados externos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/08/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO REALIZA AMANHÃ PRIMEIRO LEILÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS DE 2024, COM CINCO ATIVOS

Serão ofertados terminais de menor porte, nos portos de Rio Grande (RS), Recife e Rio de Janeiro
Por Taís Hirata — De São Paulo



2024 deve ter ao menos mais uma licitação do setor, estima Eduardo Nery, da Antaq — Foto: Sergio Frances/MPA/Divulgação

O governo federal deverá realizar, nesta quarta-feira (21), o leilão de cinco terminais portuários. A concorrência estava inicialmente marcada para maio, mas foi adiada devido ao desastre climático no Rio Grande do Sul. Trata-se de ativos de menor porte que, juntos, deverão somar R\$ 86 milhões de investimentos no total.

Esta deverá ser a primeira licitação de ativos portuários realizada neste ano, mas há previsão de mais um ou dois leilões do setor em 2024 - um deles entre setembro e outubro e, possivelmente, mais um em dezembro, segundo Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

As próximas rodadas deverão trazer empreendimentos de maior porte. Entre os ativos previstos estão os terminais de grãos chamados PAR14 e PAR15, em Paranaguá (PR), que devem somar R\$ 1,8 bilhão de investimentos; o terminal VDC29 em Vila do Conde (PA), também voltado a grãos, com previsão de R\$ 716 milhões em obras; e o terminal de contêineres MUC04, em Fortaleza, que deverá gerar R\$ 360,7 milhões de investimentos.

Porém, Nery prevê que os maiores leilões aguardados pelo setor fiquem para o próximo ano. Um deles é a concessão do canal de acesso de Paranaguá, que deverá ser um projeto pioneiro no setor portuário. “Pelo andar da carruagem, deve ficar para o primeiro trimestre de 2025”, diz.

Outra licitação com grande expectativa do setor é a do Porto de Itajaí (SC), que tem como principal operação o terminal de contêineres. O porto ficou parado por mais de um ano após o fim do contrato da Maersk, em 2022, e uma série de imbróglis que atrasaram o início do contrato de transição. Em junho deste ano, a nova operação temporária enfim entrou em vigor, sob controle da Seara, do grupo JBS, mas o governo já vinha trabalhando, em paralelo, para a licitação definitiva.

“Como agora tem o contrato de transição, vamos olhar com mais calma, porque há contribuições importantes ao projeto, da consulta pública, que podem levar a alterações mais estruturantes”, afirma Nery. Com isso, a previsão é que a concorrência para o arrendamento de longo prazo seja realizada no primeiro semestre de 2025, diz ele. A projeção de investimentos no projeto é da ordem de R\$ 3 bilhões.

Outro leilão de grande porte, do terminal de granéis sólidos minerais em Itaguaí (RJ), que deverá somar R\$ 3,5 bilhões de obras, está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A depender do ritmo, poderá sair ainda neste ano, mas provavelmente também ficará para 2025.

Os ativos licitados nesta quarta-feira são terminais de menor porte, que serão leiloados em modelo simplificado, com rito mais célere e contratos com prazo máximo de dez anos, sem possibilidade de prorrogação.

Um deles é o terminal RIG10, no porto de Rio Grande (RS), voltado à movimentação de carga geral. Hoje, a área é parcialmente ocupada pela empresa Sagres Operações Portuárias, por meio de contrato de transição, e outra zona do terminal é de uso público. A expectativa dos estudos é que a principal carga movimentada no local seja de máquinas e equipamentos, como já é feito atualmente, mas o novo arrendatário poderá escolher a destinação do terminal para qualquer tipo de carga geral. A projeção é de investimento de R\$ 7,8 milhões.

O porto do Recife terá três terminais contemplados nesta licitação. O principal deles é o REC08, um novo terminal que terá de ser desenvolvido em uma área desocupada. A ideia é que o projeto seja voltado a grãos sólidos vegetais, com potencial de demanda principalmente para malte, trigo e milho. Os estudos preveem investimentos de R\$ 50,9 milhões.

No porto, também serão licitados os terminais REC09, que já é operacional e tem foco específico na movimentação de arroz, e o REC10, voltado a grãos sólidos e cargas gerais, que hoje movimenta principalmente barrilha. Os investimentos projetados são de R\$ 2,2 milhões e R\$ 3 milhões, respectivamente.

No leilão que estava marcado para maio, o porto do Recife também teria a licitação de um quarto terminal, o REC04, destinado à movimentação de grãos sólidos e carga geral e com previsão de investimentos de R\$ 3,6 milhões. Porém, o projeto se encontra suspenso. Trata-se de um terminal já operacional, que opera principalmente barrilha (usado pela indústria de vidros) e fertilizantes.

Por fim, será ofertado o RDJ06, no porto do Rio de Janeiro, para a movimentação de carga geral líquida. Hoje, o terminal de Lubrificantes é explorado pela empresa Iconic Lubrificantes. O novo contrato prevê R\$ 22,2 milhões em novos investimentos.

A concorrência será realizada na sede da B3, em São Paulo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/08/2024

BRASIL PODE CRESCER ATÉ 21% NA INDÚSTRIA 4.0 ATÉ 2028

A expectativa é de que o mercado atinja o valor de US\$ 5,62 bilhões em quatro anos. Dados do IMARC foram analisados pelo Observatório Nacional da Indústria

Por Dino



Brasil pode crescer até 21% na Indústria 4.0 até 2028 — Foto: Image By usertrmk on Freepik

O estudo Monitor da Indústria 4.0, realizado pela International Market Analysis Research and Consulting (IMARC), revelou que o mercado global do setor atingiu US\$ 139,8 bilhões em 2023. Olhando para o futuro, o IMARC espera que o mercado atinja US\$ 547,1 bilhões até 2032. Analisada pelo Observatório Nacional da Indústria, e publicada no Portal da Indústria, a pesquisa mostra que o Brasil foi o responsável por gerar US\$ 1,77 bilhão em 2022, e projeta que o valor pode chegar a US\$ 5,62 bilhões até 2028, um crescimento anual de 21%.

Murilo Andrade, fundador da companhia de automação industrial Blue Robotics, analisa que esse crescimento é fruto de um alto investimento brasileiro em tecnologias como automação, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial.

“Com isso, as indústrias tendem a ficar mais competitivas no cenário global, otimizando operações, cortando custos e entregando produtos de qualidade.”



No entanto, Andrade avalia que o país ainda precisa aumentar os investimentos em infraestrutura digital e treinamento de profissionais, além de obter apoio das políticas públicas para incentivo da inovação.

“A pandemia funcionou como um catalisador para a digitalização industrial, e a sustentabilidade também está no centro dessa transformação. Se esses fatores forem bem geridos, o Brasil tem tudo para se consolidar como um player importante na Indústria 4.0”, aposta ele.

Ainda de acordo com o estudo, a Europa representa a maior participação de mercado da indústria 4.0, sendo os europeus os primeiros a aproveitar tecnologias como robótica, IoT e IA para aumentar a produtividade e a qualidade de seus produtos. Além disso, os governos e instituições europeias promoveram ativamente a digitalização e a inovação por meio de iniciativas que financiaram projetos destinados a promover a adoção de tecnologia.

Além disso, os maiores setores usuários da automação 4.0 no mundo foram petróleo e gás (18,4%), alimentos e bebidas (15,2%) e energia e serviços públicos (14,2%), ainda de acordo com o IMARC. Andrade reconhece que o setor de automação industrial no Brasil está crescendo, mas que ainda há alguns obstáculos pela frente. “As empresas já entenderam que a automação é essencial para ganhar eficiência, cortar custos e competir de igual para igual no cenário global.”

“A busca por soluções automatizadas está em alta, com tecnologias como robôs, sensores e sistemas integrados sendo cada vez mais comuns. No entanto, a infraestrutura precisa melhorar, falta mão de obra qualificada para operar e manter esses sistemas e os custos iniciais de implementação são altos. Além disso, o investimento em inovação e pesquisa no Brasil ainda é meio tímido, o que pode frear um avanço mais rápido”, relata Andrade.

O estudo retrata ainda que as empresas estão desenvolvendo interfaces de usuário intuitivas e ferramentas de colaboração homem-máquina para garantir que os trabalhadores possam interagir efetivamente com sistemas automatizados.

Esses aspectos podem aumentar a produtividade e a satisfação no trabalho. “Com a competição global só aumentando e a pressão por mais eficiência, a automação industrial deve continuar ganhando força, impulsionada pela digitalização e pela Indústria 4.0”, diz o empresário.

“O mercado brasileiro tem necessidades específicas, como adaptar tecnologias de automação para a agricultura de precisão, otimizar processos na mineração e melhorar a eficiência nas operações de energia. As empresas que conseguirem superar esses desafios e adotarem essas tecnologias de forma inteligente têm tudo para se destacar e liderar o mercado nos próximos anos. Acredito que o Brasil será um desses países no topo da indústria 4.0”, conclui Murilo Andrade.

Para saber mais, basta seguir o perfil da Blue Robotics no Instagram: [@bluerobotics_brazil](https://www.instagram.com/bluerobotics_brazil)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/08/2024

INFRAESTRUTURA, CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO

Investir em infraestrutura não só atende às necessidades imediatas de crescimento, mas também posiciona estrategicamente o país para o futuro

Por Aitor Jauregui

O mundo enfrenta desafios significativos que exigem uma nova abordagem para o desenvolvimento de infraestrutura. A transição para uma economia de baixo carbono, o realinhamento das cadeias de suprimentos, as mudanças demográficas e a urbanização acelerada impulsionarão transformações em todo o setor.

No estudo da BlackRock “The New Infrastructure Blueprint”, destaca-se a urgência em atender às novas demandas, que vão desde super baterias até modernos centros logísticos e aeroportos. Além

disso, Larry Fink, CEO e presidente da BlackRock, recentemente ressaltou as necessidades significativas de infraestrutura para a Inteligência Artificial (IA), incluindo data centers e fábricas de semicondutores, essenciais para o consumo elevado de eletricidade pela IA.



— Foto: Pixabay

No início de 2024, a BlackRock anunciou sua intenção de adquirir a Global Infrastructure Partners (GIP), sujeita a aprovações regulatórias. Essa aquisição, prevista para ser concluída no terceiro e quarto trimestre deste ano, visa criar a principal empresa de investimento em infraestrutura do mundo, aumentar o acesso para investidores e promover mudanças positivas no cenário global de infraestrutura, impulsionando crescimento econômico, sustentabilidade e inovação.

A importância de priorizar o desenvolvimento de infraestrutura é evidente. De acordo com o BlackRock Investment Institute (BII), o investimento anual em energia deve aumentar de US\$ 2,2 trilhões para US\$ 3,5 trilhões até 2030 e atingir US\$ 4,5 trilhões até a década de 2040. Grande parte desse capital será alocada a projetos-chave para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, como a construção de parques eólicos, usinas solares e redes de transmissão de alta capacidade. Políticas governamentais, mudanças nas prioridades corporativas, avanços tecnológicos e novas preferências dos consumidores também impulsionarão essa transformação.

A BlackRock está trabalhando para criar oportunidades de financiamento de transição para mercados emergentes. Por exemplo, por meio de nosso fundo climático, o Climate Finance Partnership (CFP), já investimos no Quênia, Filipinas, Tailândia e Malásia. Além disso, no final de 2023, anunciamos um acordo definitivo para adquirir uma participação minoritária substancial na Brasol, empresa líder em energia solar no Brasil que desenvolve infraestrutura crítica de transição energética, incluindo energia renovável, subestações e equipamentos de mobilidade elétrica.

Esse investimento visa acelerar o fluxo de capital para infraestrutura como parte da transição climática, sendo o primeiro investimento do fundo no mercado privado na América Latina. No Brasil, o setor de energia apresenta um enorme potencial para a CFP. Como um dos mercados de energia solar que mais cresce e com um dos ecossistemas naturais mais importantes do mundo, o país oferece oportunidades significativas de crescimento econômico, investimento, criação de valor e impacto ambiental positivo.

A pandemia de covid-19 expôs a fragilidade das cadeias de suprimentos globais, impulsionando um movimento estratégico para aproximar a produção dos mercados consumidores, uma prática conhecida como nearshoring. Essa tendência está beneficiando países ao redor do mundo, incluindo o México, que se destacou como um centro de manufatura devido à sua proximidade com os Estados Unidos. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o investimento estrangeiro direto (IED) no México atingiu aproximadamente US\$ 44 bilhões em 2023, um aumento significativo em relação aos US\$ 35 bilhões registrados em 2022. Esse valor é o mais elevado desde 2015, refletindo uma tendência positiva contínua e a crescente influência do nearshoring nos fluxos de investimento estrangeiro.

Para capitalizar a oportunidade do nearshoring, investimentos em transporte, telecomunicações e logística são essenciais, conforme destacado no relatório “Nearshoring in Mexico” de Mayer Brown. No Brasil, a importância estratégica é evidente devido ao seu significativo mercado consumidor e robusta capacidade industrial. O país pode alavancar sua posição econômica para se beneficiar do realinhamento das cadeias de suprimentos globais. Investimentos em infraestrutura permitirão ao Brasil modernizar essas cadeias, desenvolver novas redes de transporte e aprimorar os centros logísticos, posicionando-o para maior crescimento econômico e oportunidades de comércio internacional.

Olhando para o futuro, a população global deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas até 2050, de acordo com as Nações Unidas. Esse crescimento será mais evidente nos mercados emergentes, enquanto os países desenvolvidos enfrentarão uma redução na população em idade ativa. A urbanização também continuará a moldar a demanda por infraestrutura, com 70% da população mundial devendo viver em áreas urbanas até 2050, segundo o Banco Mundial. O crescimento populacional e a expansão das cidades exigirão melhorias significativas na infraestrutura, desde eletricidade e telecomunicações até sistemas de água e saneamento.

Diante desse cenário, os governos sozinhos, não conseguem financiar toda a necessidade de novos investimentos em infraestrutura, especialmente devido ao aumento da dívida pública. A dívida global triplicou desde meados da década de 1970, atingindo 92% do PIB mundial, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso dos Estados Unidos, a dívida nacional já ultrapassa US\$ 34 trilhões. Em um artigo recente publicado no Financial Times, Larry Fink enfatizou a importância de uma agenda de crescimento global, na qual o capital privado desempenha um papel crucial na construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento.

Nesses cenários, o capital privado torna-se uma solução viável e necessária. Os investidores privados, liderados por grandes fundos de pensão e fundos soberanos, são atraídos pela estabilidade e pelos retornos potencialmente protegidos contra a inflação dos ativos de infraestrutura.

Assim, as parcerias público-privadas (PPPs) se tornarão cada vez mais atraentes. Os investidores têm a oportunidade de participar da transformação da infraestrutura essencial, alavancando avanços tecnológicos, mudanças regulatórias e uma demanda crescente por projetos de alto crescimento. Seja por meio de colaborações governamentais, criação de joint ventures ou estruturas de dívida sob medida, o capital privado desempenha um papel fundamental no avanço do desenvolvimento social.

O Brasil, como outros mercados emergentes, está em uma posição única para se beneficiar dessas tendências globais. Investir em infraestrutura não apenas atende às necessidades imediatas de crescimento, mas também posiciona estrategicamente o país para o futuro. A colaboração entre governos e capital privado será fundamental para aproveitar essas oportunidades e superar os desafios estruturais enfrentados atualmente.

Aitor Jauregui é Head da BlackRock América Latina.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/08/2024

INCENTIVO A PROGRAMA DE HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO SERÁ 'CIRÚRGICO', DIZ DUBEUX

Secretário da Fazenda responsável pela agenda ecológica critica acréscimos em projeto de lei sobre eólicas offshore e vê impacto enorme para consumidor de energia

Por Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana — De Brasília



Rafael Dubeux: "O Brasil, segundo vários estudos, pode ter o hidrogênio de baixo carbono mais barato do mundo, ou um dos mais baratos. Temos chances de liderar essa indústria aqui" — Foto: Gesival Nogueira Kebec/Valor

Objeto de uma lei sancionada no último dia 2, o programa brasileiro para o hidrogênio de baixo carbono é um exemplo da nova política de desenvolvimento que o governo quer implementar. Nela, os incentivos fiscais são pequenos, "cirúrgicos", limitados no tempo e atrelados a critérios de eficiência. A subvenção será leiloada, privilegiando projetos maduros e menos dependentes da ajuda governamental. Os beneficiados terão, necessariamente, que desenvolver a cadeia produtiva no país.



“Temos que ter uma política industrial que não seja simplesmente para proteger um setor que não tem mais capacidade de competir, e sim uma política industrial que impulse nossa capacidade tecnológica e produtiva nessas áreas que têm potencial de futuro no longo prazo”, disse em entrevista ao Valor o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, um dos responsáveis pela agenda de transformação ecológica.

Ele cita a lei do hidrogênio para afirmar que a agenda da sustentabilidade não está parada no Legislativo. A pauta verde, inclusive, será tema de um pacto entre os três Poderes da República, que deve ser formalizado na quarta-feira (21), em evento no Palácio do Planalto. Há 26 medidas previstas e deve ser criado um comitê gestor conjunto, que acompanhará a implementação de cada uma das ações. O secretário, contudo, preferiu não falar do pacto, já que o lançamento ainda vai acontecer.

Outro avanço na agenda, disse, é a lei que regula as debêntures de infraestrutura, de 2023. Nela, projetos que utilizam petróleo e carvão foram impedidos de ter acesso ao incentivo fiscal associado a esses papéis. Em contrapartida, projetos em áreas novas e verdes passaram a ser beneficiados.

Dubeux acredita que o Brasil poderá deixar como legado de sua presidência no G20 o anúncio do Tropical Forest Forever Facility (TFFF), atualmente em negociação. Trata-se de um fundo que financiará a preservação de florestas - algo que está fora do escopo do mercado de créditos de carbono. Com isso, avalia o entrevistado, pode ser atendida uma demanda “legítima” do agronegócio brasileiro.

O governo mantém diálogo com o Congresso para tentar avançar com o projeto de lei que trata do mercado de carbono. No caso das eólicas offshore, o texto recebeu um conjunto de enxertos que tratam de outros temas e que elevam fortemente a conta de luz para o consumidor.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Hidrogênio verde

O projeto sancionado pelo presidente é um marco, porque traz clareza regulatória: quem regula, quem autoriza, como é que funciona o processo do hidrogênio no Brasil. Isso era uma zona cinzenta. Traz um modelo de certificação voluntária. E a terceira parte, que acabou gerando um certo tumulto no Legislativo no final, são os incentivos para a indústria do hidrogênio. São temporários, focados, desenhados de maneira a incentivar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico.

R\$ 18 bilhões para o hidrogênio

Esse valor [de incentivo] é o teto para cinco anos. Pode ser menor. E não achamos que não pode haver mais nenhum incentivo [fiscal no país]. O problema é que [nos últimos anos] houve descontrole no volume. Trabalhamos para revisar esse volume e garantir que os que existirem serão focados num desenho de país que queremos construir para o longo prazo. Eu diria até que é um modelo para outros incentivos: com “phasing out”, para dar um impulso inicial, com foco em desenvolvimento de tecnologia e adensamento tecnológico. Diferente do que tivemos no passado recente: incentivos que se eternizam e não têm nenhum padrão de eficiência.

Desenvolvimento de cadeias

O que estamos definindo é usar incentivos cirúrgicos. Não incentivos generalizados, com foco em simplesmente importar equipamentos para produzir hidrogênio e exportar. Queremos desenvolver as cadeias produtivas vinculadas ao hidrogênio. Então, em vez de exportamos o hidrogênio para descarbonizar a siderurgia europeia, podemos colocar isso na siderurgia aqui no Brasil, e exportar o aço verde, ou um fertilizante verde. No caso do hidrogênio, temos uma janela de oportunidade global. O Brasil, segundo vários estudos, pode ter o hidrogênio de baixo carbono mais barato do mundo, ou um dos mais baratos. Temos chances de liderar essa indústria aqui.

Subsídio será leilado

Adensamento tecnológico é um dos critérios para alocação do subsídio. O crédito financeiro será alocado num leilão. Não é simplesmente chegar primeiro e ter a garantia de uma subvenção de “x”



reais. Vamos dar uma subvenção por meio de leilão, que no fundo é: quem precisa de menos subsídio para colocar um projeto de pé. É um tema que gerou muito debate lá no Senado, mas foi aprovado. Quem precisar de menos [subsídio] é quem vai ganhar o leilão. É uma nova forma de alocar um incentivo tributário.

Debêntures de infraestrutura

Antes, tínhamos as debêntures incentivadas, que davam um incentivo para o comprador. No ano passado, foi aprovado um novo modelo, chamado de debênture de infraestrutura, que dá o incentivo para o tomador. Isso ampliou o volume de potenciais compradores. Mudamos os critérios de elegibilidade dos projetos que podem entrar. Pelo modelo anterior, projetos de petróleo e de carvão, por exemplo, eram elegíveis. Deixaram de ser. Essa é uma mudança muito substancial. Em compensação, acrescentamos alguns setores que são centrais para a transformação ecológica, entre os quais hidrogênio, captura de carbono, projetos de renováveis, incluindo armazenamento de energia e ampliação da produção de minerais críticos.

Fundo Clima

Fizemos a primeira emissão dos títulos soberanos sustentáveis no ano passado, levantamos US\$ 2 bilhões. Em maio deste ano houve uma segunda emissão, de US\$ 2 bilhões, captados com a taxa um pouco menor do que a do ano passado. Esse volume de recursos foi alocado no Fundo Clima, que é gerido pelo BNDES, e já está desembolsando um volume muito expressivo de recursos para projetos ligados à transformação ecológica, com taxas de juros bem mais baratas do que tem disponível no mercado, e sem precisar de subsídio. Ao longo dos últimos anos, o Fundo Clima desembolsava algo como R\$ 200 milhões por ano. Agora tem um volume de R\$ 10 bilhões. É um aumento de 50 vezes.

Nova emissão verde

A emissão dos títulos soberanos sustentáveis é um programa. Então, a ideia é que todo ano tenha uma ou duas captações. O momento exato depende da avaliação da equipe técnica do Tesouro. Temos agora uma tendência forte de haver uma queda da taxa de juros dos Estados Unidos em setembro. Isso tudo vai melhorando, ampliando a liquidez do mercado e vai ser observado para encontrarmos o momento de fazer uma nova captação. A ideia é ter um programa de captação, para todo ano alocar algo da ordem de R\$ 10 bilhões no Fundo Clima.

Fundo de florestas

Vem avançando muito é a discussão do TFFF, que é o Tropical Forest Forever Facility, o Fundo Internacional de Florestas. Não é trivial, estamos falando de um fundo de algumas dezenas de bilhões de dólares. Estamos muito otimistas que esse possa ser um dos grandes legados da participação do Brasil na presidência do G20 e na COP. Há uma nota conceitual que já está pronta, e agora as equipes técnicas estão amadurecendo as várias regras. São muitas regras complexas que têm que ser tratadas, não só da estruturação financeira do fundo, mas também do monitoramento e da distribuição de recursos para os países que estão preservando floresta. As equipes estão mergulhadas nisso, mas eu posso dizer que o tema está avançando bastante e vários países estão dispostos a contribuir.

Resposta ao agro

A mera preservação da floresta não gera crédito no mercado de carbono, porque a ideia do crédito é sequestrar carbono. Com esse fundo, teremos uma maneira de financiar a mera preservação da floresta, que é uma demanda legítima dos produtores rurais no Brasil. Haverá um custo de oportunidade em manter a floresta em vez de fazer alguma outra atividade econômica. É importante dizer que não se trata de doação ou filantropia. Quem colocar dinheiro no fundo será remunerado.

Eólicas offshore

Está mais complicada a situação do projeto de lei, por causa dos acréscimos que colocaram, que trazem um impacto enorme para o consumidor de energia. Colocaram subsídio para carvão -um contrassenso com a agenda que o governo está fazendo de diminuir a dependência de combustíveis fósseis. Não há dúvida de que o Brasil ainda precisa ter combustíveis fósseis por muitos anos. O mundo inteiro ainda precisa, porque não dá para depender só de fontes intermitentes. Mas outra



coisa é dar um subsídio sem critérios, da forma que está colocado no projeto. Na prática, a consequência seria encarecer a conta de luz sem trazer segurança energética adicional para o Brasil. Do jeito que o relatório está, acreditamos que o custo para o consumidor de energia elétrica no Brasil não compensa. É uma pena, porque estrategicamente é um projeto muito importante. Então, por isso, queremos construir alguma maneira de viabilizar a aprovação do marco legal das eólicas no mar.

Mercado de carbono

O tema ficou travado não tanto por divergência de mérito, mas devido a um problema de trâmite legislativo. No mérito, o texto está bastante maduro. Temos conversado com vários setores, e a senadora Leila [Barros, do PDT-DF] está construindo um relatório muito equilibrado, tentando incorporar, inclusive, as contribuições que vieram da Câmara. Temos uma expectativa de votação em breve.

Novo modelo de desenvolvimento

Historicamente, a Fazenda atua em dois grandes temas. O primeiro é a estabilidade macroeconômica, e eu acredito que, com todas as dificuldades naturais, os indicadores estão muito positivos: PIB [em alta], taxa de desemprego e inflação baixas. A segunda frente de ação do ministério é relacionada à melhoria do ambiente de negócios e à eficiência econômica. É uma agenda que também vem avançando bem: o marco legal de garantias, a mudança no setor de seguros que está em discussão, o Desenrola e a reforma tributária, que é um marco na história do país. E agora temos uma terceira frente de trabalho, que é o Plano de Transformação Ecológica, que dá uma diretriz, um norte para o novo modelo de desenvolvimento. Então, queremos ter um ambiente com estabilidade macroeconômica, ambiente de negócio competitivo e eficiente, mas precisamos ter um norte de longo prazo, uma direção para o desenvolvimento, que são esses arranjos e essas mudanças que estamos fazendo. Sair desse modelo tradicional, extrativo, de baixo valor agregado, desigual e prejudicial ao ambiente para um modelo que seja intensivo em tecnologia, de baixo impacto ambiental e mais distributivo.

Política Industrial

Temos que ter uma política industrial que não seja simplesmente para proteger um setor que não tem mais capacidade de competir, e sim uma política industrial que impulse nossa capacidade tecnológica e produtiva nessas áreas que têm potencial de futuro no longo prazo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/08/2024

EMPREENDIMIENTOS FERROVIÁRIOS SÃO QUALIFICADOS NO PPI PARA VIABILIZAR PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Malha Nordeste, da concessionária Ferrovia Transnordestina Logística, e Malha Tereza Cristina, da concessionária Ferrovia Tereza Cristina, são os empreendimentos qualificados

Por Valor — Brasília

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) opinou favoravelmente pela qualificação de dois empreendimentos do setor ferroviário no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República para possibilitar prorrogação antecipada do contrato de concessão. A decisão consta de resoluções publicadas desta segunda-feira (19) no Diário Oficial da União (DOU).

Os empreendimentos são a Malha Nordeste, da concessionária Ferrovia Transnordestina Logística S.A (FTL), e Malha Tereza Cristina, da concessionária Ferrovia Tereza Cristina S.A, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão. No caso da Malha Nordeste, a matéria será submetida à deliberação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“O poder concedente, observada a vantajosidade para a União e após a avaliação da conveniência e da oportunidade do projeto, poderá promover a prorrogação antecipada do contrato relativo ao projeto ferroviário”, apontam as resoluções.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LANÇAMENTO AO MAR DA 'F200' É CONCLUÍDO EM SC

Por Danilo Oliveira Indústria naval 19/08/2024 - 23:18



Divulgação MB

Fragata Tamandaré agora passará pelas etapas de instalação e comissionamento de equipamentos, além dos testes necessários antes de seguir para provas de mar. Entrega está prevista para dezembro de 2025

A fragata Tamandaré (F200), primeira da série com quatro unidades em construção para a Marinha do Brasil, foi lançada ao mar, no último sábado (17), em um procedimento que durou cerca de sete horas. A conclusão ocorreu na data prevista pela Marinha e

encerrou a etapa iniciada no último dia 9, quando a embarcação foi batizada. De acordo com a força naval, foi realizada a imersão controlada do dique onde o navio estava, permitindo que a F200 flutuasse pela primeira vez. Ao todo, cerca de 40 profissionais atuaram na manobra e na inspeção interna durante essa fase.

A fragata foi transferida para o dique flutuante, nas instalações da thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí (SC). O deslocamento da F200 até o cais contou com o apoio de rebocadores. Agora, a embarcação passará pelas etapas de instalação e comissionamento de equipamentos, além dos testes necessários antes de seguir para as provas de mar. A construção da primeira fragata da classe teve início em setembro de 2022. A entrega do navio ao setor operativo da Marinha do Brasil está prevista para dezembro de 2025.

O Programa de Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) é uma parceria da Marinha com a sociedade de propósito específico (SPE) 'Águas Azuis', formada pela alemã thyssenkrupp Marine Systems (TKMS) e pelas brasileiras Embraer Defesa e Segurança e Atech, com gerenciamento da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). A fragata Tamandaré dá nome à sua classe e homenageia o almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil, que atuou em importantes conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra da Tríplice Aliança.

A Marinha avalia que as novas fragatas representam o que há de mais avançado entre os meios de superfície da força naval. Com 107 metros de comprimento, 3.500 toneladas de deslocamento e capacidade para alcançar a velocidade de 25 nós (cerca de 47 quilômetros por hora), a embarcação contará com uma tripulação de 112 militares. Os navios do PFCT serão dotados de convoo, hangar para helicóptero, radares, sensores e armamentos de última geração.

As quatro fragatas serão entregues à Marinha de forma gradativa, entre 2025 e 2029. A F200 'Tamandaré' deve ser incorporada à Marinha em 2025. As demais embarcações estão previstas para entrega gradual nos próximos quatro anos: a Jerônimo Albuquerque em 2026, a Cunha Moreira em 2027 e a Mariz e Barros em 2028. A segunda unidade (F201), que teve seu processo de produção iniciado há oito meses, passou pela cerimônia de batimento de quilha em junho de 2024.

Informações técnicas — Fragata Tamandaré (F200)
Comprimento: 107,2m
Boca: 15,95m

Pontal (altura): 20,2m
Deslocamento: 3.500 toneladas
Autonomia: 5.500 milhas náuticas
Velocidade: 25 nós (equivalente a cerca de 47 km/h)
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/08/2024

NAVALSHORE TEM INÍCIO NESTA TERÇA-FEIRA

Da Redação Especial Navalshore 19/08/2024 - 22:29



A 18ª edição da Navalshore – Feira e Conferência da Indústria Marítima têm início nesta terça-feira (20) cercada de grande expectativa. Com todos os espaços comercializados, o tradicional evento, conhecido como ponto de encontro da indústria naval, reúne 110 expositores representando mais de 400 marcas do Brasil e do exterior, com um público estimado em mais de 13 mil visitantes. A feira termina no dia 22.

“A Navalshore é o termômetro da indústria naval e neste ano verificamos grande otimismo entre os expositores, com vistas a expansão da atividade offshore e o projeto de renovação da frota da Transpetro”, disse Rosângela Vieira, diretora da empresa organizadora, a Navalshore Organização de Eventos.

Esta edição marca a volta da realização da Rodada de Negócios, com a participação da Transpetro, Estaleiro São Miguel, Estaleiro Enseada e Estaleiro Dock Brasil.

A conferência que ocorre paralelamente à feira traz como tema principal este ano “Os novos desafios para a retomada da indústria naval - uma visão para as próximas décadas”. O painel de abertura da conferência da Navalshore tratará do assunto que é foco de grupo de trabalho voltado à indústria naval, organizado pelo Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O painel terá a participação da Transpetro, Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO) da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR).

A Conferência e o Ciclo de palestras oferecerão aos participantes um total de 49 palestras com temas técnicos e de negócios.

A Navalshore 2024 tem patrocínio Master da Transpetro e da Caixa Econômica Federal.

Serviço

A Navalshore é realizada pela Navalshore Organização de Eventos.

Informações: <https://www.navalshore.com.br>

Local: ExpoMag, Rio de Janeiro

Data: 20 a 22 de agosto de 2024

Horário: 13h às 20h

Visitação gratuita: <https://www.inscricaoeletronica.app.br/navalshore2024/>

O acesso à conferência e ao Ciclo de palestras é gratuito. É necessário obter o credenciamento de visitante pelo site da Navalshore.

Conferência - programação completa em <https://www.navalshore.com.br/pt/conferencia-2024/conferencia-2024-oficial>.

Ciclo de palestras - programação completa em <https://www.navalshore.com.br/pt/conferencia-2024/ciclo-de-palestras-2024>.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/08/2024

TRANSPETRO PATROCINA A NAVALSHORE 2024

Da Redação Especial Navalshore 19/08/2024 - 21:54



Sérgio Bacci, presidente da Transpetro

Companhia quer estimular novas oportunidades de negócio e trocas de conhecimento na maior feira da indústria marítima da América Latina

A Transpetro patrocina a 18ª edição da Navalshore, principal plataforma de negócios da indústria marítima da América Latina. O evento, que ocorre de 20 a 22 de agosto no Expo Mag, no Rio de Janeiro, reúne armadores, estaleiros, fabricantes e fornecedores nacionais para desenvolver parcerias e debater a

retomada do setor. A companhia quer contribuir para estimular novas oportunidades de negócio e trocas de conhecimento entre os principais players deste mercado.

Para o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, o evento é uma oportunidade para a companhia compartilhar suas experiências com parceiros de negócio e falar também da retomada dos investimentos da empresa.

“Este ano, chegamos à Navalshore com o TP 25 em curso, o nosso Programa de Renovação e Ampliação da Frota. Será muito importante falar com o público do evento sobre esse novo momento de retomada do protagonismo da Transpetro na logística de petróleo, derivados e biocombustíveis. O TP 25 reposiciona o país como protagonista do setor naval e aponta para o um novo horizonte de crescimento da companhia”, frisa Bacci, que participará da mesa de abertura do evento.

Além de falar sobre o Programa TP 25 e a descarbonização da sua frota, a Transpetro participa de painéis da conferência oficial da Navalshore que abordam as demandas e os desafios da indústria naval.

A companhia oferece ainda um Espaço Conhecimento no seu estande, onde palestras curtas de 15 minutos serão ministradas em modelo silencioso (com o uso de fones de ouvido). No local, porta-vozes da empresa vão falar sobre aplicações tecnológicas nos navios da Transpetro, como o uso da telemedicina a bordo e o monitoramento remoto dos navios da frota a partir do Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN).

Espaço Transpetro

A edição 2024 da Navalshore aguarda 13 mil visitantes e terá 110 empresas expositoras de 400 marcas do Brasil e do exterior. A Transpetro estará com um estande de 66 metros quadrados que contará com experiências imersivas, pelas quais os visitantes poderão explorar o universo da companhia por meio de telas interativas e óculos de realidade virtual. Um espaço de convivência de 124 metros quadrados também estará disponível no mezanino.



Pioneirismo e inclusão

De forma pioneira, a Transpetro tem oferecido, nos eventos que patrocina, a sala de apoio à amamentação, com estrutura adequada para coleta e armazenamento do leite materno. A ação tem sido apoiada por mulheres e atraído a atenção de lactantes, que muitas vezes marcam presença nessas ocasiões justamente pela oportunidade de ter acesso a esse espaço de acolhimento.

A Transpetro já conta com 40 ambientes similares nos seus terminais, em 17 estados. No “Agosto Dourado”, mês que promove a importância do aleitamento materno, a empresa busca, com a iniciativa, sensibilizar e engajar outras empresas a adotarem práticas inclusivas semelhantes.

Sobre a Transpetro

Operando 48 terminais (27 aquaviários e 21 terrestres), cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos e 33 navios, a Transpetro é a maior subsidiária da Petrobras. A empresa é a maior companhia de logística multimodal de petróleo e derivados da América Latina.

A Transpetro presta serviços a distribuidoras, à indústria petroquímica e demais empresas do setor de óleo e gás. A carteira da subsidiária da Petrobras conta com mais de 160 clientes.

Serviço

Transpetro na Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Marítima

Data: de 20 a 22 de agosto

Local: Expo Mag, R. Beatriz Larragoiti Lucas, s/n - Cidade Nova, Rio de Janeiro (RJ)

Horário: das 13h às 20h

Conferência Oficial

Dia 20 de agosto

- Painel: Os novos desafios para a retomada da indústria naval – uma visão para as próximas décadas

Palestrante: Jones Soares – diretor de Transporte Marítimo da Transpetro

Horário: 14h

- Palestra: TP 25 - Bom para o Brasil

Palestrante: Jones Soares – diretor de Transporte Marítimo da Transpetro

Horário: 16h30

Dia 21 de agosto

- Painel: Formação e disponibilidade da mão de obra marítima - demanda atual e futura

Palestrante: Jones Soares – diretor de Transporte Marítimo da Transpetro

Horário: 14h

Espaço Conhecimento – Estande Transpetro

Dia 20 de agosto

- Palestra: Comunicação e tratamento de “near misses” no segmento de transporte marítimo de O&G

Palestrante: João Carlos Silva Ramos – consultor na Transpetro

Horário: 17h30

- Palestra: Portfólio de serviços da Transpetro

Palestrante: Gustavo Rosindo – gerente executivo de Desenvolvimento de Negócios e Comercialização
Horário: 18h

Dia 21 de agosto

- Palestra: Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN)
Palestrante: Hildelene Bahia - gerente setorial do CNAN
Horário: 13h30

- Palestra: Centro de Diagnóstico de Navios
Palestrante: Luiz Fernando Sauerbronn - gerente de Manutenção de Navios
Horário: 13h45

Dia 22 de agosto

- Palestra: Projeto de telemedicina na frota Transpetro
Palestrante: Raildo Viana - gerente executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
Horário: 14h
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/08/2024

CMM E WÄRTSILÄ FECHAM ACORDO PARA PSVS MOVIDOS A ETANOL

Por Danilo Oliveira Offshore 19/08/2024 - 21:32



Divulgação

Operadora obteve prioridade do FMM para construção de 10 embarcações, que devem contar com motores multicomcombustíveis e soluções da fabricante finlandesa

A Compagnie Maritime Monégasque (CMM) tem intenção de construir os primeiros barcos de apoio marítimo do mundo movidos a etanol no Brasil. A aposta é uma parceria com a Wärtsilä, que desenvolve motores multicomcombustíveis e que vem estudando essa fonte entre as opções de abastecimento. As duas

empresas assinaram um memorando de entendimento (MoU) para uso desse insumo como combustível, com equipamentos da fabricante finlandesa, em PSVs (transporte de suprimentos) da operadora, que podem vir a ser construídos em estaleiro brasileiro. A CMM obteve recentemente prioridade do Fundo da Marinha Mercante Brasileira (FMM) para construir 10 PSVs 5.000 no país.

A Wärtsilä vem relatando testes bem sucedidos com a utilização do etanol como combustível principal do motor 'Wärtsilä 32' em escala real, como os realizados em fevereiro de 2024, no laboratório da fabricante, em Vaasa, na Finlândia. De acordo com a empresa, os experimentos confirmam a capacidade do motor de operar de forma eficiente com uma variedade de combustíveis, incluindo diesel, biodiesel, óleo combustível pesado (HFO), metanol e etanol.

Na 54ª reunião ordinária, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou prioridade de R\$ 4,2 bilhões para a CMM Offshore Brasil voltados à construção de 10 embarcações de apoio marítimo, classe PSV 5.000 TPB, modelo Damen Green Ethanol. A prioridade concedida está associada à construção no estaleiro da Wilson Sons, no Guarujá (SP). Caso a empresa de navegação busque financiamento do FMM, terá que seguir com os trâmites junto aos agentes financeiros para obtenção do crédito.

O CEO da CMM Offshore, Christophe Vancauwenbergh, observa que, apesar de o foco das pesquisas na Europa estar mais voltado ao metanol, as avaliações sobre o uso do etanol vêm



reunindo comprovações e demonstrando, de forma convincente, que é uma alternativa viável, do ponto de vista de construção, financiamento e operação. “É uma solução para desenvolvimento muito interessante para o Brasil. Acreditamos em novas oportunidades [para o etanol] ao redor do mundo (...). Existem discussões nessa direção”, afirmou Vancauwenbergh.

Ele destacou à Portos e Navios que o FMM recebeu bem esse projeto, que é uma solução que não sairá muito mais cara e terá uma pegada sustentável, contribuindo com o processo de descarbonização do setor marítimo. O executivo chamou atenção para os efeitos positivos na redução do consumo de combustível e de emissões de carbono. “Nosso objetivo é construir esses navios no Brasil, garantindo que nossos clientes possam alcançar reduções substanciais nas emissões de gases de efeito estufa, apresentando uma alternativa viável para um futuro mais verde no setor marítimo”, afirmou Vancauwenbergh.

O gerente de desenvolvimento de negócios e sustentabilidade da CMM Offshore, Bruno Azevedo, acrescentou que, para uma embarcação que ficará pronta antes de 2030, a empresa considera importante e mais racional construir um projeto capaz de navegar com combustíveis alternativos. “Mesmo que o bid não exija no tempo zero, nosso foco é trabalhar para entregar uma embarcação que esteja pronta para o uso do etanol”, projetou Azevedo.

A CMM viu a possibilidade de uma solução viável tecnicamente e economicamente no curto prazo. O entendimento, segundo Azevedo, é que a instalação de um motor versátil permite a utilização do biodiesel em percentuais menores e usa grande massa de combustível com etanol, que é um insumo cada vez mais amadurecido no Brasil e que pode também ser produzido em outros países.

O gerente geral da Wärtsilä na América Latina, Mário Barbosa, disse à reportagem que a CMM apostou no etanol como solução num momento em que a pressão global por eficiência energética e por combustíveis alternativos contribui com a aceleração do desenvolvimento desse insumo para uso em embarcações. “Inicialmente, esse motor foi desenvolvido para metanol e acreditamos que nossa tecnologia também poderia trabalhar com etanol”, destacou.

Um dos desafios para a consolidação do etanol, nos próximos anos, é o trabalho de convencimento da viabilidade junto à matriz, além de quebrar uma visão de que esta é uma alternativa mais ‘regionalizada’. A Wärtsilä acredita que essa tecnologia vai ganhar espaço não só no Brasil, como em outros países. Barbosa adiantou que essa nova embarcação virá com tecnologias e conceitos que vêm sendo trabalhados, como hibridização, eficiência energética e combustíveis do futuro. Barbosa contou que a empresa estuda outros projetos, não somente no segmento offshore, mas em outros mercados que oferecem possibilidades, por exemplo, na cabotagem.

Wärtsilä e CMM destacaram que a parceria para incorporação do etanol na estratégia operacional dos futuros PSVs visa reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa na indústria marítima, de forma alinhada com o desenvolvimento de uma frota com combustível mais limpo para operações. As empresas avaliam que o acordo tem um cronograma acelerado para a construção do primeiro navio, marcando um passo significativo em direção à aplicação industrial da plataforma multicom combustível.

A Wärtsilä reiterou que segue dedicada ao desenvolvimento e teste de tecnologias e soluções para combustíveis marinhos de baixo e zero carbono, num cenário em que as empresas de transporte marítimo estão sob crescente pressão para descarbonizar suas operações. “Estamos totalmente alinhados com a visão da CMM de acelerar a indústria marítima em direção ao transporte com emissões líquidas zero. Este acordo reforça ainda mais nosso compromisso com soluções inovadoras que possibilitam um futuro mais sustentável”, declarou, por meio de nota, Roger Holm, presidente da Wartsila Marine e vice-presidente executivo da Wartsila Corporation.

SANTOS BRASIL LANÇA PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO PARA CLIENTES DE CARGA LCL

Da Redação Indústria naval 19/08/2024 - 21:54



Divulgação

A Santos Brasil anunciou o lançamento do programa LCL Carbon Neutral, uma nova iniciativa voltada para a redução da pegada de carbono nas operações de carga fracionada LCL (Less than Container Load). O programa busca compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de serviços de transporte rodoviário, movimentação e armazenagem dessas cargas.

Inicialmente, o programa será implementado nos Centros Logísticos Industriais Aduaneiros (Clias) Santos e Guarujá, atendendo clientes NVOCCs (Non Vessel Operator Common Carrier) e Freight Forwarders. Através do LCL Carbon Neutral, os clientes receberão mensalmente informações sobre as emissões geradas por suas operações, com a Santos Brasil realizando a compensação dessas emissões por meio da aquisição de créditos de carbono. Um certificado, emitido por uma consultoria independente, atestará as emissões e a forma de neutralização.

O mapeamento das emissões de GEE de todas as operações da Santos Brasil é realizado de maneira estruturada pela equipe interna da empresa, em conjunto com uma consultoria independente, garantindo a transparência do processo.

Este novo serviço se alinha ao objetivo da Santos Brasil de neutralizar suas emissões de carbono até 2040. Entre as ações já implementadas pela empresa estão a substituição gradual de equipamentos movidos a diesel por elétricos e a compra de certificados I-RECs para compensar as emissões de escopo 2, relacionadas ao consumo de energia. Recentemente, a empresa também colocou em operação oito novos guindastes elétricos no Tecon Santos. A empresa é signatária do Pacto Global da ONU desde 2013 e integra o Novo Mercado da B3.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/08/2024

INCIDENTE COM O NAVIO M/V CMA CGM RESULTA EM PERDA DE CONTÊINERES

Da Redação Navegação 19/08/2024 - 21:54



Na quinta-feira passada (15), o navio M/V CMA CGM Belem, operado pela CMA CGM, enfrentou um incidente durante sua rota de Cingapura para o Rio de Janeiro. O incidente resultou na perda e no colapso de contêineres, ocorrendo a aproximadamente dez milhas náuticas da costa de Richards Bay, na África do Sul.

A causa do incidente ainda está sendo investigada, e uma avaliação completa da extensão das perdas de contêineres está em andamento. A empresa assegurou que não houve ferimentos à tripulação a bordo do navio e que, até o momento, não há relatos de poluição

ambiental como consequência do incidente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/08/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 081/2024
Página 52 de 52
Data: 20/08/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 20/08/2024